



Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2º TRIMESTRE DE 2017

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA REFERENTE AO 2º TRIMESTRE DE 2017 EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 4.990 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.



61 3223-7970
61 3226-5504



SCS Q. LINDA 09, TORRE B, 2º ANDAR, EDIFÍCIO PARQUE
CIDADE CORPORATE, ASA SUL
BRASÍLIA /DF - CEP: 70308-200



WWW.IPREV.DF.GOV.BR
IPREV@IPREV.DF.GOV.BR

Diretor – Presidente

Adler Anaximandro de Cruz e Alves

Diretor Jurídico

Allan Luiz Oliveira Barros

Diretor de Finanças e Administração

Douglas Ramiro Capela

Diretora de Previdência

Ledamar Sousa Resende

Diretora de Investimentos

Regina Célia Dias

Chefia de Governança, Projetos e Compliance

Henrique Barros Pereira Ramos

Unidade de Controle Interno

Raquel Galvão Rodrigues da Silva

Assessoria Especial de Atuária

Daniel Cruz Magalhães

Assessoria Especial de Comunicação Social

Marianne Fernandes. H. de Oliveira

GESTORES REFERENTES AO 2º TRIMESTRE DE 2017.

- Republicado por conter alterações nas informações apresentadas no item 2.1, no que se refere a quantitativo de pessoal.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
2. GESTÃO ADMINISTRATIVA	5
2.1 QUANTITATIVO DE PESSOAL	5
2.2 VALORES DA FOLHA DE PAGAMENTO	6
2.3 CUSTEIO ADMINISTRATIVO - DETALHAMENTO DO CUSTEIO TOTAL	9
2.4 LICITAÇÕES	10
2.5 LISTA DE CONTRATOS EM VIGOR	11
3. GESTÃO JURÍDICA.....	12
4. GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	13
4.1 ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	13
4.1.1 DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS	15
4.2 GESTÃO DE RISCOS	16
5. GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....	16
5.1 QUANTITATIVO DE BENEFÍCIOS	16
5.2 VALORES DE BENEFÍCIOS	17
5.3 QUANTITATIVO DE BENEFÍCIOS	18
5.4 VALORES DA FOLHA	18
5.5 HOMOLOGAÇÃO DE CTC	19
5.6 CONTROLE DE AFASTAMENTOS.....	20
5.7 CANAIS DE ATENDIMENTO.....	21
6. CONTRIBUIÇÕES.....	24
6.1 CONTRIBUIÇÕES DOS ATIVOS – ATENDIMENTO	24
6.2 CONTRIBUIÇÕES DOS APOSENTADOS – ATENDIMENTO	24
6.3 CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS	24
6.4 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ATENDIMENTO	24
6.5 TOTAL REPASSADO DE CONTRIBUIÇÕES	25
7. FLUXO DE CAIXA DOS FUNDOS	26
7.1 INFORMAÇÕES DO FUNDO CONSTITUCIONAL	29
8. GOVERNANÇA	31
8.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA	32
9. CONTROLE INTERNO.....	35
9.1. APRESENTAÇÃO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAAAI	36
9.2. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS ENCAMINHADAS AO IPREV:	37
10. ATUARIAL	37
11. CONSELHOS	40
11.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD	40
11.1.2 REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD	43
11.2 CONSELHO FISCAL – CONFIS	43
11.2.2 REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL – CONFIS	44

12. COMUNICAÇÃO SOCIAL	44
12.1 MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO	45
A) OUIDORIA E TRANSPARÊNCIA.....	45
B) ASSESSORIA DE IMPRENSA:	48
C) COMUNICAÇÃO INTERNA	48
D) PUBLICIDADE E PROPAGANDA	48
13. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	49

1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem a finalidade de prestar informações com base nos Relatórios Gerenciais do 2º trimestre de 2017, fornecidos pelas Diretorias de Previdência, de Investimentos, Jurídica e de Finanças e Administração, bem como da Chefia de Governança, Projetos e *Compliance* e das Assessorias Especiais de Atuária e de Comunicação Social, permitindo aos segurados, beneficiários e ao público em geral, acompanhar as principais atividades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Autarquia em Regime Especial, com personalidade jurídica de Direito Público e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, instituída pela Lei Complementar nº 769/2008, de 30/06/2008, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Distrito Federal, atendendo aos princípios básicos de Governança Corporativa:

- Transparência;
- Equidade;
- Prestação de contas; e
- Responsabilidade social.

2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

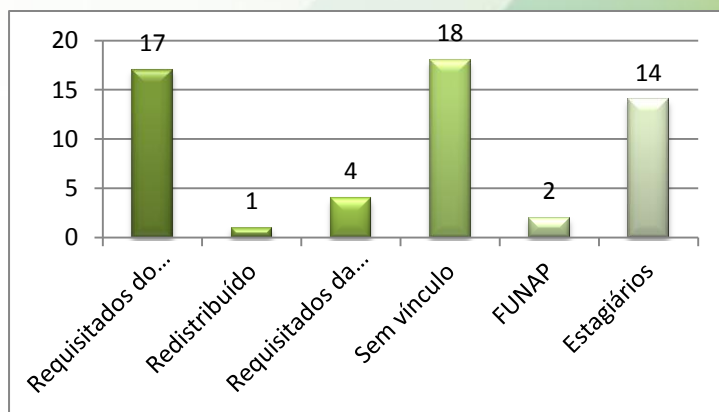
2.1 QUANTITATIVO DE PESSOAL

Em 30/06/2017, a força de trabalho do Instituto contava com 60 funcionários; sendo 35 Cargos Comissionados, 18 de servidores sem vínculo e 17 servidores com vínculo; 06 servidores efetivos sem cargo comissionado, totalizando 41 servidores; Além disso contamos com 02 funcionários da FUNAP, 03 terceirizados de Conservação e Limpeza e 14 estagiários. Conforme quadro abaixo:

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DO IPREV/DF ATÉ 30/06/2017	
Servidores com vínculo GDF e com cargo em comissão	13
Servidores com vínculo GDF e sem cargo em comissão	6
Servidores com vínculo União e com cargo em comissão	4
TOTAL DE SERVIDORES EFETIVOS	23
Servidores sem vínculo e com cargo em comissão	18
TOTAL DE SERVIDORES	41
COLABORADORES	
Estagiários	14
FUNAP	2
Terceirizados Conservação e Limpeza	3
TOTAL COLABORADORES	19
FORÇA DE TRABALHO TOTAL	60

FORÇA DE TRABALHO – EM 30/06/2017

Fonte: GGP/COAD/DIFAD/IPREV-DF



2.2 VALORES DA FOLHA DE PAGAMENTO

Os dados abaixo dizem respeito às despesas de pessoal ativo – abril, maio e junho/2017:

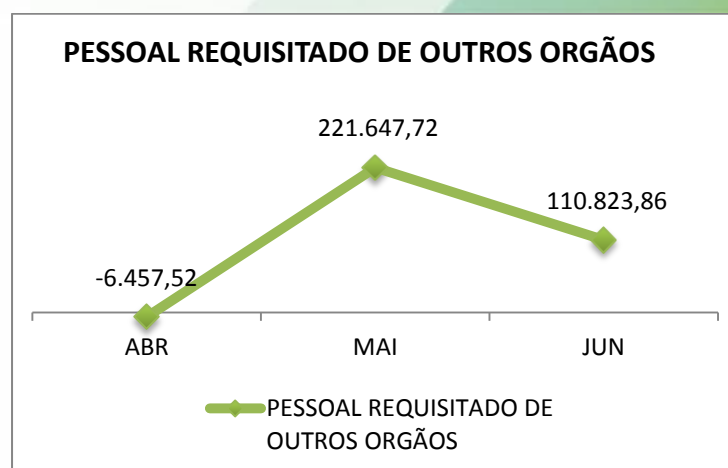
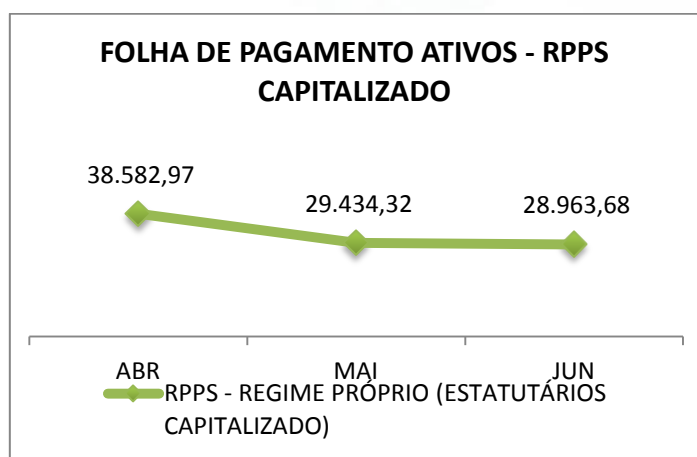
DESPESAS PESSOAL ATIVO	ABR	MAI	JUN	TOTAL
Adicional por Tempo de Serviço	-	516,79	516,79	1.033,58
Auxílio Alimentação	-	394,50	394,50	789,00
Contribuição Patronal para o RPPS	-	1.111,89	1.111,89	2.223,78
Décimo Terceiro Salário Pessoal Civil	-	-	391,69	391,69
Férias 1/3 Constitucional	-	783,38	1.561,55	2.344,93
Gratificação de Representação Mensal	37.571,36	18.785,66	18.785,68	75.142,70
Gratificação por Habilitação em Fiscalização e Inspeção - GHFI	-	1.033,59	1.033,59	2.067,18
Substituição	1.011,61	1.640,52	-	2.652,13
Vencimentos e Salários	-	5.167,99	5.167,99	10.335,98
RPPS - REGIME PRÓPRIO (ESTATUTÁRIOS CAPITALIZADO)	38.582,97	29.434,32	28.963,68	96.980,97
Auxílio Alimentação	789,00	394,50	394,50	1.578,00
Décimo Terceiro Salário Pessoal Civil	-	1.601,03	-	1.601,03
Férias 1/3 Constitucional	-	3.202,07	4.519,13	7.721,20
Gratificação de Representação Mensal	88.427,96	49.523,24	55.457,16	193.408,36
Substituição	-	1.331,76	2.350,17	3.681,93
RPPS - REGIME PRÓPRIO (ESTATUTÁRIOS FINANCEIRO)	89.216,96	56.052,60	62.720,96	207.990,52
Auxílio Alimentação	15.780,00	7.818,28	6.957,55	30.555,83
Auxílio Creche	-	-	-	-
Auxílio Transporte	1.712,86	872,18	740,70	3.325,74
Décimo Terceiro Salário Pessoal Civil	-	1.951,94	41.445,37	43.397,31
Encargo Patronal – INSS	38.645,49	20.442,58	18.730,01	77.818,08
Férias 1/3 constitucional - CLT	5.961,05	979,23	1.726,47	8.666,75
Férias Indenizatórias	-	-	-	-
Indenização por Exoneração e Demissão	-	7.157,11	20.039,90	27.197,01

Representação/Vencimento sem vínculo efetivo	166.490,12	85.146,74	71.736,47	323.373,33
Substituição	1.756,09	972,70	2.350,16	5.078,95
RGPS - REGIME GERAL (SEM VÍNCULO)	230.345,61	125.340,76	163.726,63	519.413,00
(Adler Anaximandro de Cruz e Alves - AGU)	-	-	-	-
(Allan Luiz de Oliveira Barros - AGU)	3.228,76	62.213,12	31.106,56	90.090,92
(Henrique Barros Pereira Ramos - CGU)	-	62.416,24	31.208,12	90.395,60
(Regina Celia Dias - MF)	-	30.944,00	15.472,00	46.416,00
(Regina Celia Dias - MF)	-	66.074,36	33.037,18	99.111,54
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGÃOS	-	-	-	-
6.457,52	221.647,72	110.823,86	326.014,06	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA PESSOAL	2.661,07	-	-	2.661,07
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES PESSOAL	-	-	35.493,52	35.493,52
SENTENÇAS JUDICIAIS A EX-EMPREGADOS - RPPS FINANCEIRO	-	-	-	-
TOTAL	354.349,09	432.475,40	401.728,65	1.188.553,14

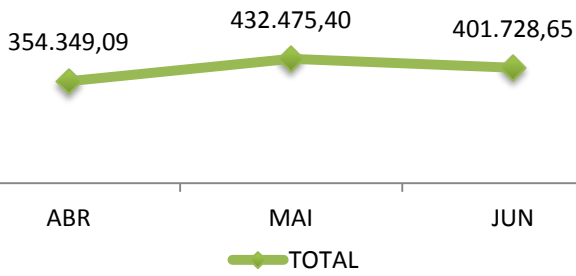
Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.

Obs: Os dados do mês de abril estão acumulados com mês de março que anteriormente não foram lançados devido a ausência de repasse financeiro dentro da competência.

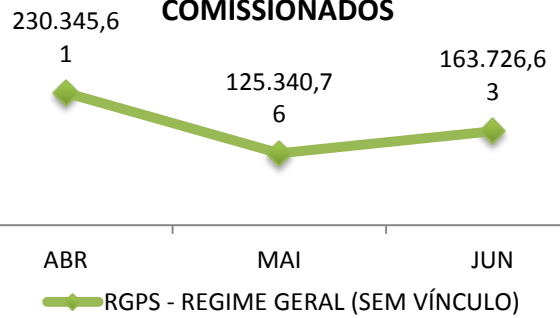
Obs: Os dados do PESSOAL REQUISITADO do mês de maio estão acumulados com o mês de abril que não foram lançados devido a ausência de informações da área administrativa dentro da competência.



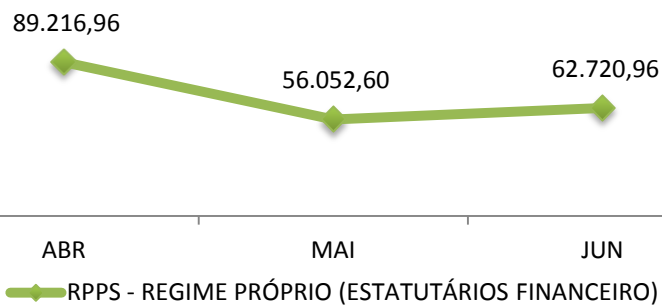
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL ATIVO



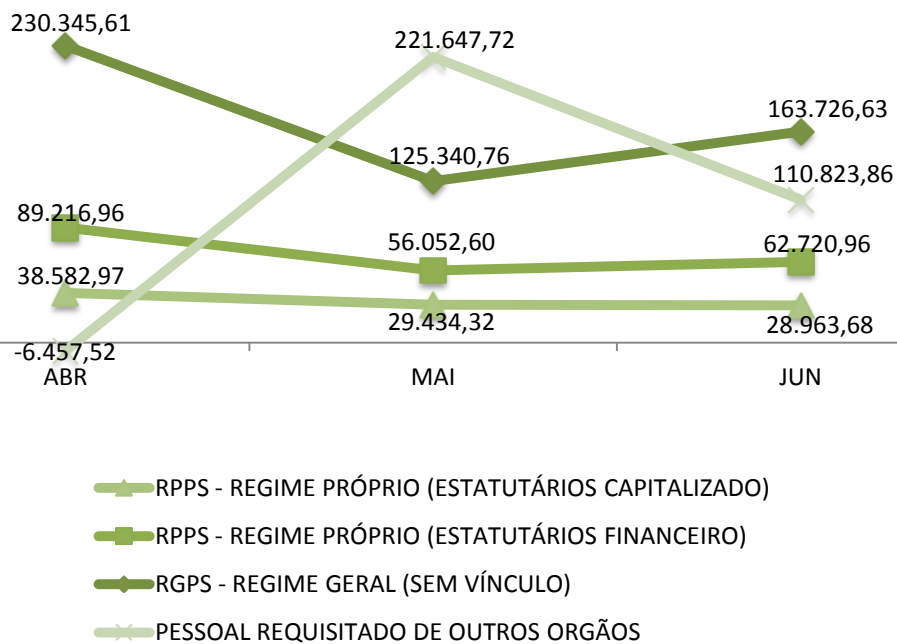
FOLHA DE PAGAMENTO ATIVOS - RGPS COMISSIONADOS



FOLHA DE PAGAMENTO ATIVOS - RPPS FINANCEIRO



COMPARAÇÃO DA DESPESA PESSOAL ATIVO



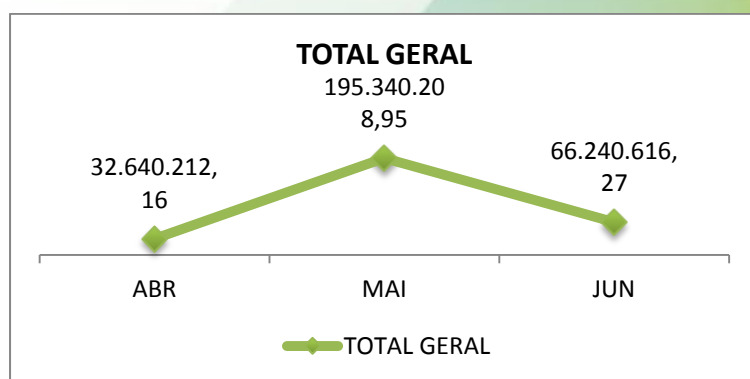
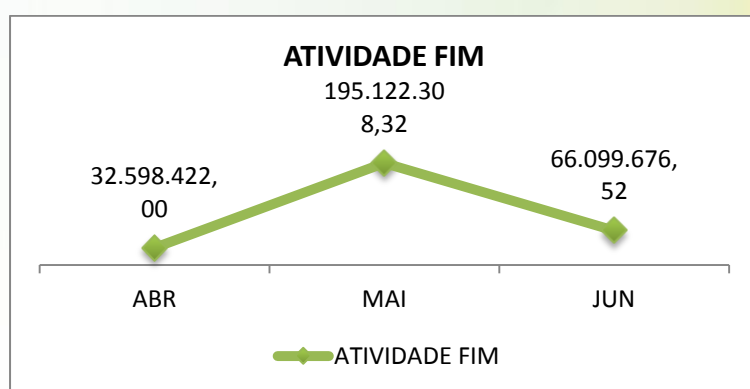
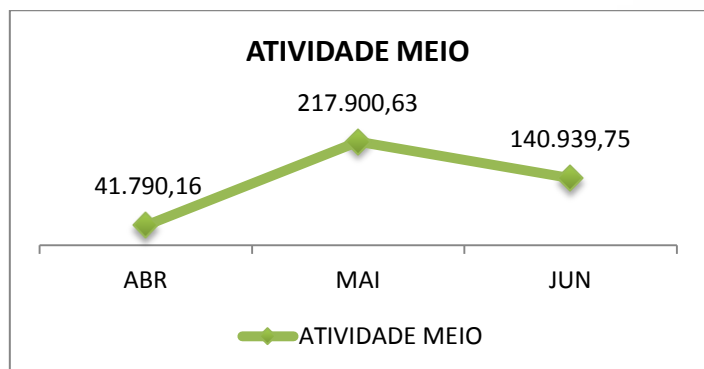
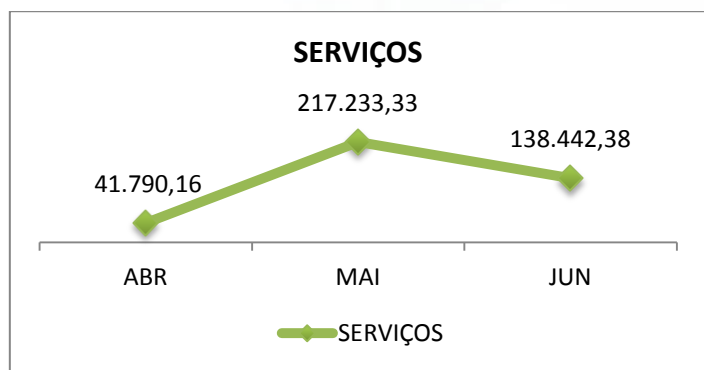
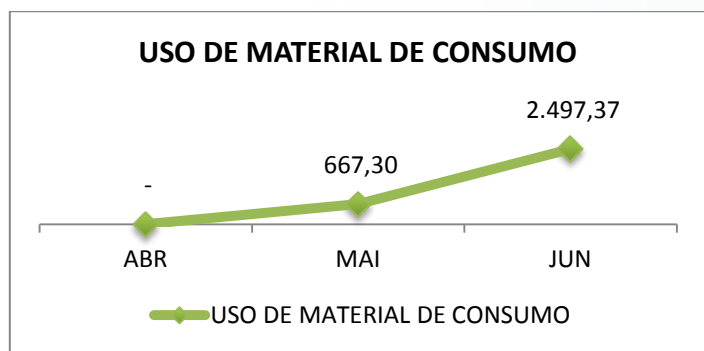
2.3 CUSTEIO ADMINISTRATIVO - DETALHAMENTO DO CUSTEIO TOTAL

Os dados abaixo dizem respeito às despesas administrativas – abril, maio e junho/2017:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	ABR	MAI	JUN	TOTAL
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	-	667,30	2.497,37	3.164,67
Serviços Terceiros P.F. - JETONS a Conselheiros	41.836,85	18.106,44	19.478,14	79.421,43
Diárias	-	-	-	-
Serviços Judiciários - RPV	-	-	-	-
Telecomunicações – Telefonia Celular e Certificado Digital	46,69	1.494,23	-	1.447,54
Comunicação em Geral - Correios	-	-	-	-
Manutenção e Conservação de Bens Móveis	-	-	-	-
Água e Esgoto	-	1.228,66	-	1.228,66
Energia Elétrica	-	9.748,88	-	9.748,88
Locação de imóveis	-	150.000,00	75.000,00	225.000,00
Locação de Máquinas e Equipamentos - Word Digital	-	-	7.856,98	7.856,98
Assinaturas de Periódicos e Anuidades	-	552,74	155,54	708,28
Condomínios	-	34.073,78	17.036,89	51.110,67
Seleção e Treinamento	-	-	-	-
Levantamento, Prospecção e Análise de Dados	-	2.115,60	1.548,00	3.663,60
Passagens e Despesas com Locomoção	-	-	1.963,75	1.963,75
Publicidade Legal - DODF	-	-	9.015,00	9.015,00
Serviço de Apoio Técnico Administrativo - FUNAP	-	87,00	6.388,08	6.301,08
SERVIÇOS	41.790,16	217.233,33	138.442,38	397.465,87
ATIVIDADE MEIO	41.790,16	217.900,63	140.939,75	400.630,54
REPASSE DIFERIDOS A LIBERAR - LIMITE FINANCEIRO ADM INDIRETA E FUNDO	32.601.453,26	191.598.291,61	62.364.598,03	286.564.342,90
RECURSOS PARA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	-	895,99	895,99
TRANSFERÊNCIAS ENTRE UGS	-	-	-	-
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS ÓRGÃOS DO GDF	-	-	-	-
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	-	-	-	-

CONTRAPARTIDA DE				
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CRÉDITOS - CONTRIB PREV A RECEBER RPP	-	-	-	-
MULTAS INDEDUTIVEIS	-	-	-	-
OUTROS IMPOSTOS	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP	3.031,26	3.524.016,71	3.734.182,50	7.255.167,95
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - SERV. TERC. PESSOA FÍSICA	-	-	-	-
ATIVIDADE FIM	32.598.422,00	195.122.308,32	66.099.676,52	293.820.406,84
TOTAL GERAL	32.640.212,16	195.340.208,95	66.240.616,27	294.221.037,38

Obs: Os dados da atividade meio do mês de maio estão acumulados com o mês de abril que não foram lançados devido a ausência de informações da área administrativa dentro da competência.



2.4 LICITAÇÕES

As licitações no Governo do Distrito Federal são centralizadas na Subsecretaria de Gestão de Compras, no âmbito da Secretaria de Estado Planejamento e Gestão - SEPLAG.

2.5 LISTA DE CONTRATOS EM VIGOR

Núm. Processo	Nº contrato	Objeto da Contratação	Contratada	Vigência	Valor anual	Data final
413.000040/2014	01/2014	LOCAÇÃO IMÓVEL SEDE DO IPREV E CONDOMÍNIO	CEDRO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	36 meses	R\$ 943.878,85	03/04/2019
413.000041/2014	02/2014	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE IMPRESSÃO E CÓPIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.	WORD DIGITAL INFORMÁTICA LTDA	12 meses	R\$ 66.000,00	30/05/2018
413.000140/2016	02/2016	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E AGÊNCIAMENTO DE VIAGENS	AGÊNCIA AEROTUR LTDA	12 meses	R\$ 120.000,00	21/10/2017
413.000059/2015	01/2015	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE SENTENCIADOS	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO	12 meses	R\$ 80.017,92	20/09/2017
413.000055/2015	9912376777/14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDAS DE PRODUTOS POSTAIS (Correios)	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	12 meses	R\$ 220.000,00	28/05/2018
413.000149/2016	2015NE01134	ASSINATURA JORNAL VALOR ECONÔMICO/ CORREIO BRASILIENSE	JMTORRES DISTRIBUIÇÃO	12 meses	R\$ 1.866,48	03/10/2017
413.000027/2015	01/2016 (termo de cooperação)	TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL E IPREV-DF	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	12 meses	SEM CUSTO	21/12/2017
413.000056/2014	01/2016	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADO	OI/SA	12 meses	R\$ 63.823,84	13/07/2018
413.000043/2017	01/2017	PAGAMENTO ENERGIA ELÉTRICA SEDE IPREV.	CEB	12 meses	R\$145.000,00	25/04/2018
413.000042/2017	03/2017	PAGAMENTO ÁGUA E ESGOTO SEDE IPREV.	CAESB	12 meses	R\$ 8.165,00	04/05/2018
413.000013/2017	01/2017	PUBLICAÇÕES NO DODF	DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL	12 meses	R\$ 90.000,00	17/03/2018

413.000168/2016	02/2017	LICENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E ECONÔMICAS - BROADCAST	AGENCIA ESTADO	12 meses	R\$ 18.576,00	19/04/2018
------------------------	---------	---	----------------	----------	---------------	------------

Seguem abaixo os dados relacionados à atuação da DIJUR, referentes ao 2º trimestre de 2017:

3. GESTÃO JURÍDICA

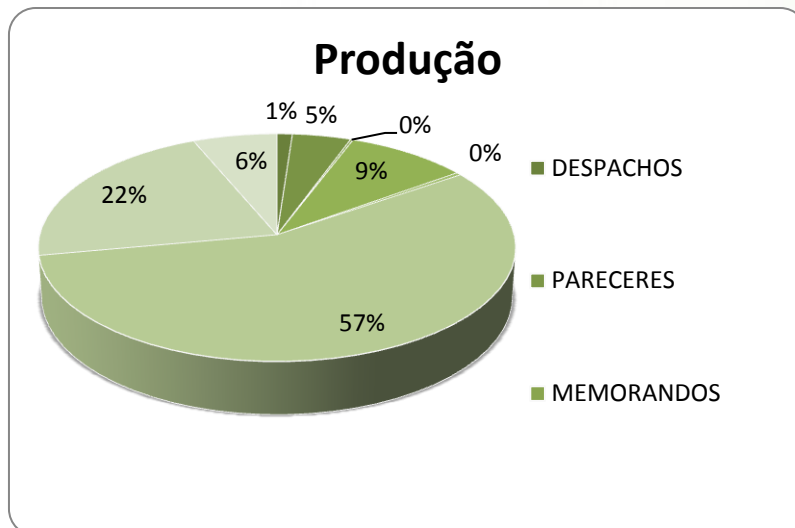
A Diretoria Jurídica do Iprev/DF tem como atribuição institucional a realização da consultoria e do assessoramento jurídicos das Diretorias e órgãos colegiados que integram a estrutura organizacional do órgão gestor do RPPS/DF.

A DIJUR exerce importante papel no relacionamento institucional com o Poder Judiciário, servindo de interface para o cumprimento das decisões judiciais pelas unidades administrativas do Distrito Federal em matéria previdenciária, bem como no relacionamento com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, com a prestação de subsídios à defesa judicial da autarquia.

Além das atribuições anteriormente descritas, a DIJUR atua na defesa dos atos praticados pelos gestores do Distrito Federal que são questionados perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal e na Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, apresentando os esclarecimento jurídicos que sustentem a legalidade do ato de gestão em matéria previdenciária.

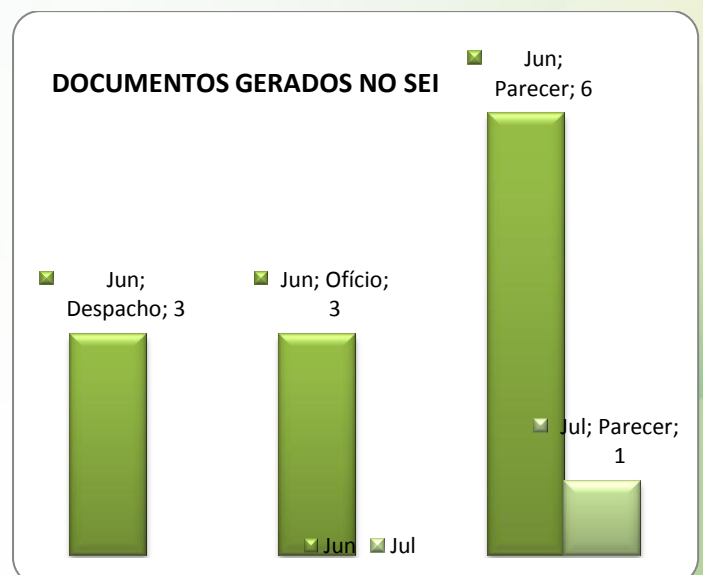
PLANILHA CONTROLE DE DEMANDAS GERAL – DIJUR

PRODUÇÃO	QUANTIDADE
DESPACHOS	06
PARECERES	23
MEMORANDOS	01
OFÍCIOS	48
ACOMPANHAMENTO DECISÕES TCDF	02
ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL JUDICIAL	295
DIGITALIZAÇÕES	112
ACOMPANHAMENTO DODF	33



PLANILHA CONTROLE DE DEMANDAS GERAL NO SEI DIJUR 2º TRIMESTRE/ 2017

DOCUMENTOS GERADOS NO SEI			
TIPO	2017		
	Jun	Jul	Total
Despacho	3	0	3
Ofício	3	0	3
Parecer	6	1	7
TOTAL	12	1	13



4. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

4.1 ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

1) Fundo Capitalizado:

A estratégia de alocação dos recursos arrecadados no segundo trimestre de 2017, especialmente nos meses de

maio e abril, buscou uma maior diversificação entre os diferentes indexadores (prefixados, indexados à inflação e posfixados) no segmento de renda fixa, sendo distribuídas em fundos de investimento com referenciais de curto e médio prazo.

A turbulência no mercado financeiro ocorrida após o dia 17 de maio, com as incertezas quanto ao cenário político e econômico decorrentes da divulgação da delação dos executivos da empresa JBS, entretanto, ensejaram a adoção

de estratégia com redução do risco de mercado no mês de junho, com aplicações majoritariamente em fundos atrelados a índices de curto prazo, tais como CDI, IRF-M 1 e IDKA IPCA de 2 anos.

As alocações enquadraram-se nos limites previstos pela Resolução CMN nº 3.922/2008 e estiveram adequadas aos parâmetros constantes na Política de Investimentos vigente, bem como às orientações e estratégias debatidas com Comitê de Investimento e Análise de Riscos – CIAR. Desta forma, a estratégia observou a preservação da rentabilidade e liquidez dos investimentos no período, a solidez e transparência na gestão e o controle do nível de risco da carteira de investimentos.

Em 30.06.2017, o total de recursos sob gestão do Fundo Capitalizado atingiu o montante de R\$ 3.542.072.816,38. Em relação ao final do 1º trimestre de 2017 houve, portanto, uma variação positiva de 6,21%, explicada pelo volume arrecadado e pela rentabilidade positiva dos investimentos no período.

EVOLUÇÃO TRIMESTRAL - CAPITALIZADO	1T17	2T17
SALDO INICIAL - DEZ/16 R\$ (A)	2.994.826.822,70	3.334.851.992,05
APLICAÇÕES R\$ (B)	264.179.475,04	337.570.272,43
RESGATES R\$(C)	83.377.175,37	153.663.920,39
RENTABILIDADE LÍQUIDA R\$ (D)	159.222.869,68	23.314.472,36
SALDO FINAL R\$ - (A+B -C+D)	3.334.851.992,05	3.542.072.816,38
VARIAÇÃO TRIMESTRAL	340.025.169,35	207.220.824,33
	11,35%	6,21%

Fonte: Iprev/DF - DIRIN

Elaboração: Iprev/DF - DIRIN

2) Fundo Financeiro

Devido ao seu caráter financeiro, consistindo da aplicação dos recursos arrecadados por curtos períodos de tempo devido até o seu desembolso, a estratégia de alocação dos recursos do Fundo Financeiro concentrou-se na aplicação em fundos atrelados ao CDI, que proporcionam a liquidez necessária e preservam rentabilidade dos recursos.

Em 30.06.2017, o total de recursos sob gestão do Fundo Financeiro atingiu o montante de R\$ 11.600.688,82.

3) Carteira Consolidada – Enquadramentos e Distribuição

No quadro abaixo, observa-se o enquadramento da carteira consolidada em relação aos limites normativos:

ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO			
Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos Recursos (%)		
	Limite Resolução CMN 3.922/10	Estratégia Política de Investimentos 2017	Realizado até 30/06/2017
Renda Fixa – Art. 7º			
Títulos Tesouro Nacional – SELIC – Art. 7º - I - “a”	100	20	-
FI 100% títulos TN – Art. 7º - I - “b”	100	85	80,36
Operações Compromissadas – Art. 7º - II	15	-	-
FI Renda Fixa/Referenciados RF – Art.7º- III “a”	80	40	0,00
FI de Renda Fixa – Art. 7º - IV “a”	30	30	15,22

Poupança – Art. 7º - V	20	-	-
FI em Direitos Creditórios- Aberto – Art. 7º - VI	15	1	0,28
FI em Direitos Creditórios – Fechado – Art. 7º - VII - “a”	5	1	-
FI Renda Fixa “Crédito Privado” – Art. 7º - VII - “b”	5	3	1,52
TOTAL RENDA FIXA			97,38
Renda Variável – Art. 8º			
FI Ações referenciados – Art. 8º - I	30	5	0,16
FI de índices Referenciados em Ações – Art. 8º - II	20	2	-
FI em Ações – Art. 8º - III	15	4	0,43
FI Multimercado – aberto – Art. 8º - IV	5	3	-
FI em Participações – fechado – Art. 8º - V	5	3	0,74
FI Imobiliário – cotas negociadas em bolsa – Art. 8º - VI	5	3	1,29
TOTAL RENDA VARIÁVEL			2,62
TOTAL GERAL			100

Fonte: Iprev/DF - DIRIN
Elaboração: Iprev/DF – DIRIN

Em relação às instituições financeiras administradoras dos fundos de investimento com alocação do Iprev/DF, a carteira consolidada de investimentos encontra-se assim distribuída:

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	VALOR INVESTIDO (R\$)	%
BANCO DO BRASIL S/A	1.729.579.071,99	49%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.595.316.248,28	45%
BANCO DE BRASÍLIA S/A	228.778.184,93	6%
TOTAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA	3.553.673.505,20	100%

Fonte: Iprev/DF - DIRIN
Elaboração: Iprev/DF - DIRIN

4.1.1 DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

A conjuntura econômica e o comportamento dos principais indicadores do mercado financeiro contribuíram para o desempenho satisfatório da carteira de investimentos do Fundo Capitalizado do Iprev/DF, em especial do segmento de renda fixa, especialmente no mês de abril e primeira metade de maio.

Conforme já apontado, o cenário de stress mercadológico após o evento de 17 de maio, que levantou dúvidas sobre a sustentabilidade do governo atual e seu programa de reforma fiscal, previdenciária e trabalhista, acarretou uma forte queda nos preços dos títulos públicos e nas ações domésticas, afetando o desempenho da carteira do Iprev/DF naquele mês.

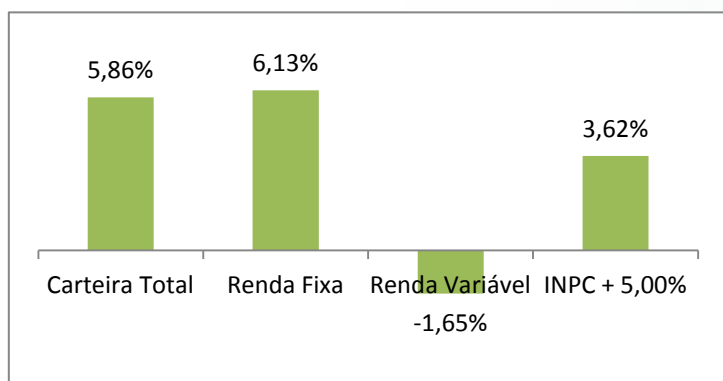
Houve recuperação, entretanto, ao longo do mês de junho, que registrou já rentabilidade positiva tanto no segmento de renda fixa quanto variável. Dessa forma, o Fundo

Capitalizado teve desempenho acima da meta atuarial no acumulado no primeiro semestre de 2017.

O gráfico abaixo demonstra a rentabilidade da carteira do Fundo Capitalizado em seus diferentes segmentos e em relação à meta atuarial.

RENTABILIDADE COMPARATIVA – FUNDO CAPITALIZADO

JANEIRO A JUNHO/2017



Fonte: Iprev/DF – DIRIN/Sistema Quantum
Elaboração: Iprev/DF - DIRIN

Quanto segmento da renda variável, destacamos que, conforme classificação da Resolução 3.922/2010, encontram-se incluídos os fundos de participação e imobiliário nessa categoria, e o baixo desempenho no ano foi influenciado pelo inadimplemento dos ativos que compõem o Fundo de Investimento em Participações Paraná I. As debêntures com vencimento em 31/01/2017 não foram quitadas pela emissora, e ensejaram a execução da fiança de todas as debêntures que compõem a carteira do Fundo, as

quais foram provisionadas em abril de 2017, impactando fortemente a rentabilidade desse fundo. O Iprev/DF, entretanto, por meio do Administrador do Fundo e dos seus advogados, recorre judicialmente para recuperação dos valores com a execução da fiança, valores que serão incorporados ao Fundo Capitalizado conforme o resultado da conclusão da ação.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

A Política Anual de Investimentos do Iprev/DF para 2017 prevê o monitoramento dos riscos de mercado, liquidez e crédito dos investimentos do Instituto, de forma a otimizar a rentabilidade dos recursos e mitigar eventuais perdas decorrentes da exposição aos fatores mercadológicos.

O risco de mercado, relacionado à variação dos preços dos ativos que compõem a carteira dos fundos investidos é monitorado pela volatilidade das cotas, e encontra-se dentro dos parâmetros considerados adequados pela Diretoria de Investimentos e Comitê de Investimentos e Análise de Riscos, tendo sido reduzido com as alocações em fundos de menor duração (duration) e conseqüentemente menor risco de mercado nos primeiros meses do ano.

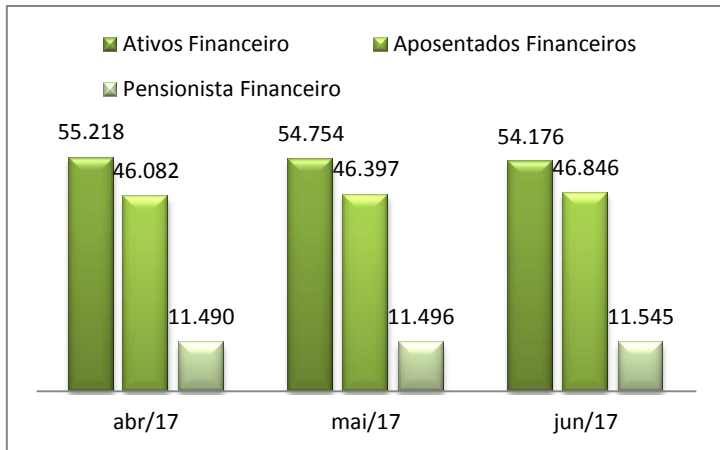
O risco de liquidez encontra-se em níveis satisfatórios, com as alocações concentradas em fundos de alta liquidez em junho/2017, conforme já apontado.

Quanto ao risco de mercado, não houve novas alocações em ativos de crédito no período.

5. GESTÃO DE BENEFÍCIOS

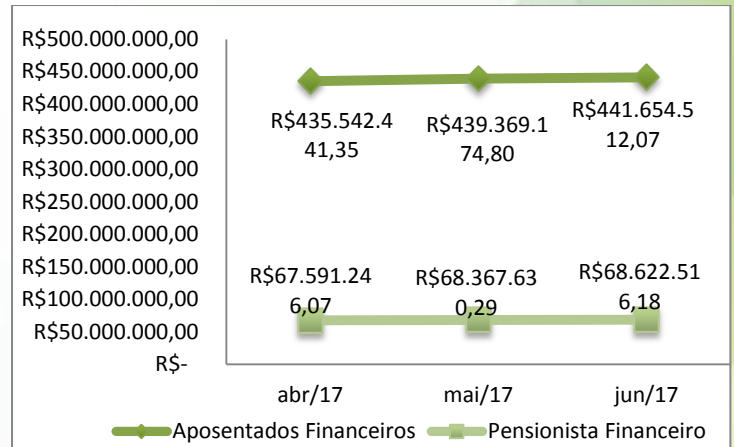
5.1 QUANTITATIVO DE BENEFÍCIOS

SEGURADOS E PENSIONISTAS PLANO FINANCEIRO



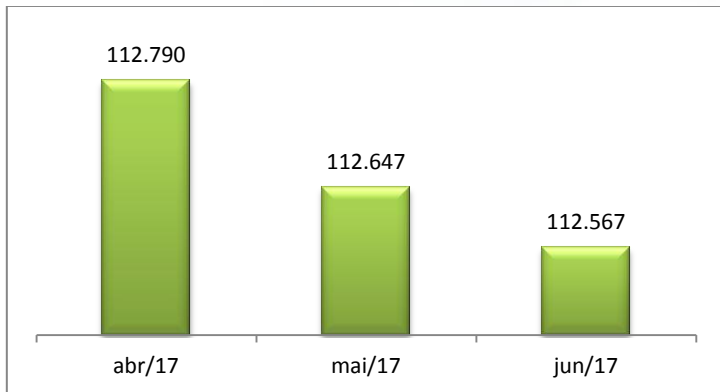
Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

5.2 VALORES DE BENEFÍCIOS FOLHA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS - PLANO FINANCEIRO



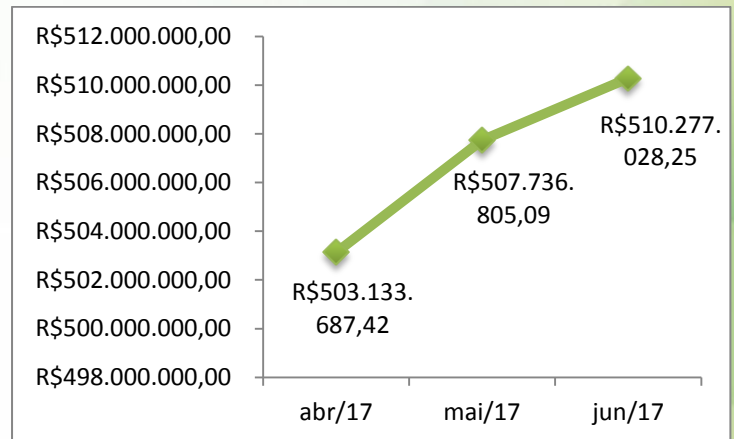
Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

TOTAL DE SEGURADOS E PENSIONISTAS PLANO FINANCEIRO



Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

FOLHA TOTAL - PLANO FINANCEIRO



Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

INFORMAÇÕES RETIRADAS DO RELATÓRIO ATUARIAL 2017

ESTATÍSTICAS PLANO FINANCEIRO

ATIVOS

Idade Média atual	49
Idade Média de Admissão no Serviço Público	27
Idade Média de Aposentadoria Projetada	59
Salário Médio dos servidores ativos	R\$ 8.446,72

APOSENTADOS

Idade Média atual	67
Benefício Médio	R\$ 8.653,19

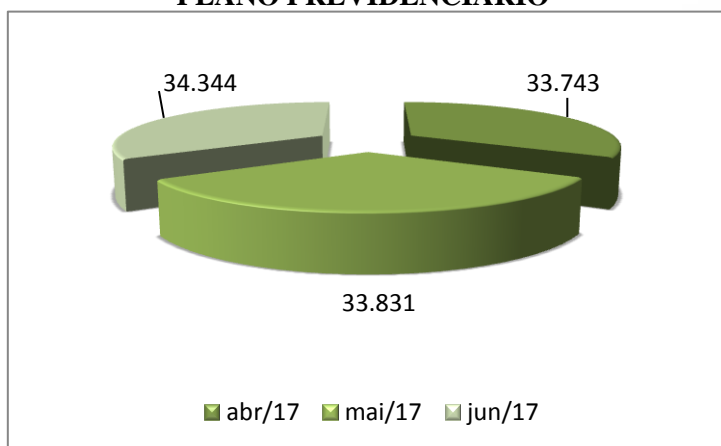
PENSIONISTAS

Idade Média atual	65
Benefício Médio	R\$ 6.266,97

Fonte: Relatório Atuarial 2017

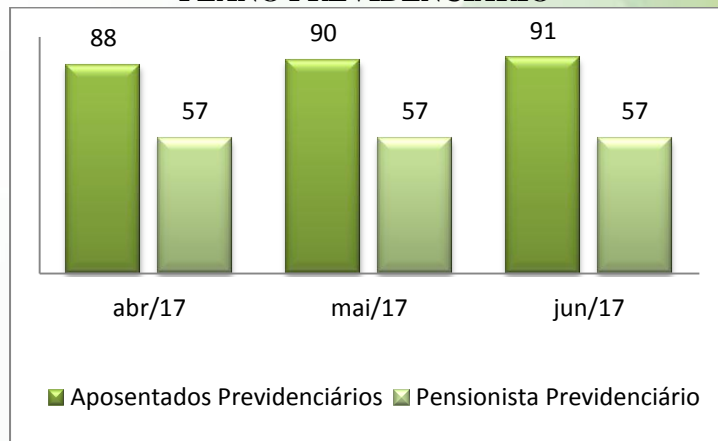
5.3 QUANTITATIVO DE BENEFÍCIOS

SEGURADOS ATIVOS PLANO PREVIDENCIÁRIO

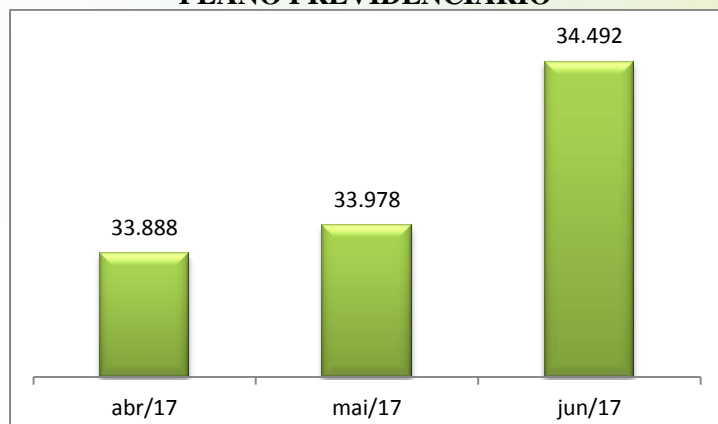


Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

SEGURADOS INATIVOS E PENSIONISTA PLANO PREVIDENCIÁRIO



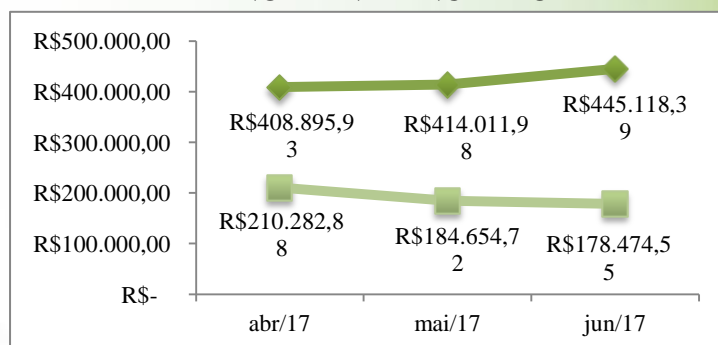
TOTAL DE SEGURADOS E PENSIONISTAS PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

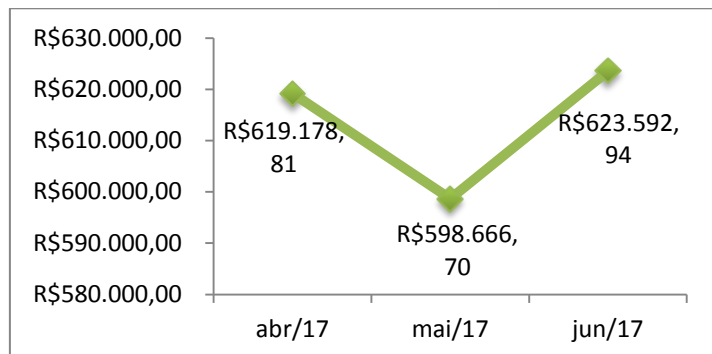
5.4 VALORES DA FOLHA

FOLHA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

FOLHA TOTAL – PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: SIGRH e Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

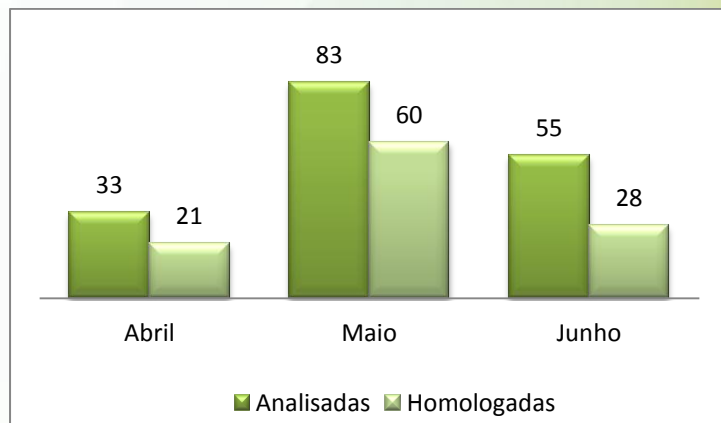
INFORMAÇÕES RETIRADAS DO RELATÓRIO ATUARIAL 2017

ESTATÍSTICAS PLANO CAPITALIZADO	
ATIVOS	
Idade Média atual	37
Idade Média de Admissão no Serviço Público	32
Idade Média de Aposentadoria Projetada	60
Salário Médio dos servidores ativos	R\$ 6.135,14
APOSENTADOS	
Idade Média atual	53
Benefício Médio	R\$ 4.894,26
PENSIONISTAS	
Idade Média atual	38
Benefício Médio	R\$ 5.104,38

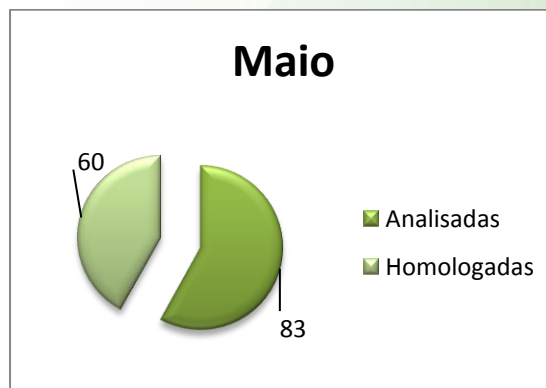
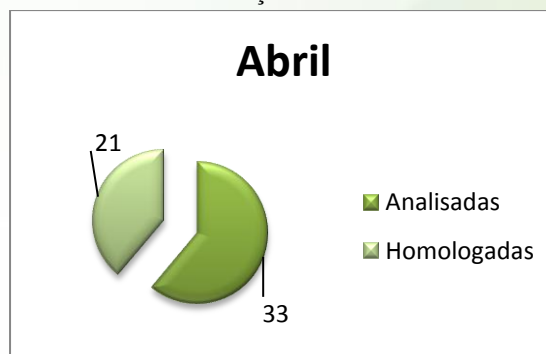
Fonte: Relatório Atuarial 2017

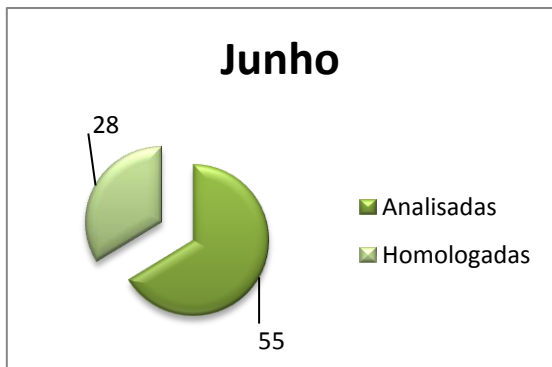
5.5 HOMOLOGAÇÃO DE CTC

A homologação das Certidões de Tempo de Contribuição - CTC assegura aos ex-servidores do Distrito Federal a averbação do tempo trabalhado e contribuído junto ao RPPS/DF para reconhecimento perante outros regimes previdenciários.



Fonte: Controles Produção – DIPREV 2017





Fonte dos gráficos: Controles Produção – DIPREV 2017

5.6 CONTROLE DE AFASTAMENTOS

O Instituto mantém o acompanhamento e controle dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos servidores cedidos, com ônus para outros órgãos das esferas federal, estadual e municipal, além dos licenciados para acompanhamento de cônjuge ou interesse particular.

Em 30.06.2017, esse contingente atingiu :

1795 servidores cedidos a órgão do GDF;

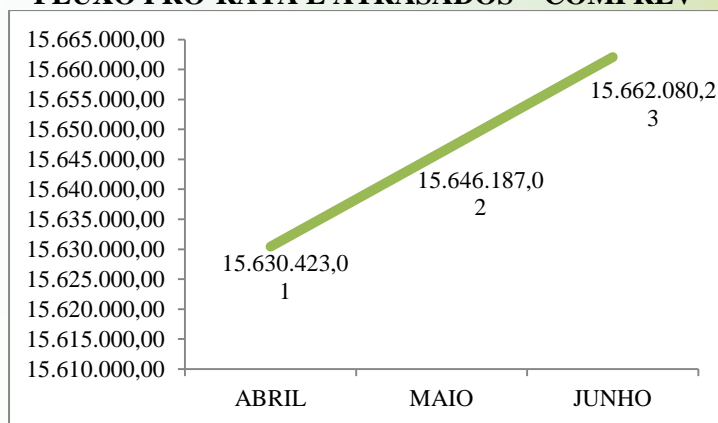
371 cedidos a órgãos fora do DF.

Por sua vez, no que se refere ao controle relativo dos afastamentos voluntários de servidores, o acompanhamento é realizado a partir dos requerimentos solicitados junto às unidades. Em 30.06.2017 o contingente de servidores nesta situação totalizou 348 (trezentos e quarenta e oito), conforme segue:

Tipo de Afastamento	Quantidade
Licença para Acompanhar Cônjuge - LAC	82
Licença para Interesse Particular – LIP	266

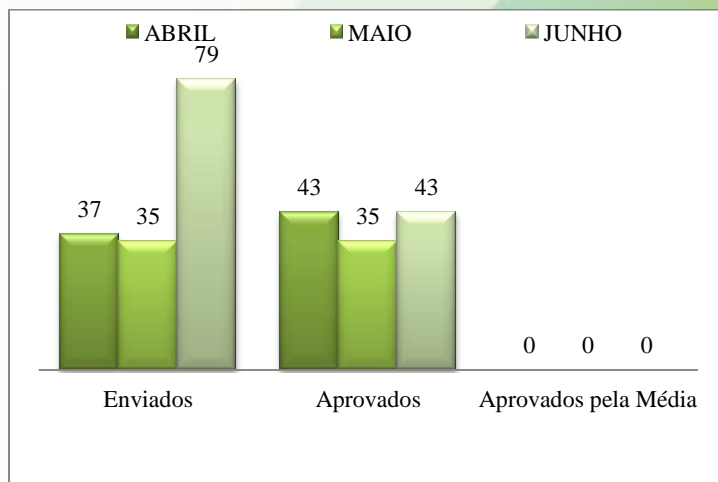
Fonte: Extrator do SIGRH

RECEITAS EM ESPÉCIE FLUXO PRO-RATA E ATRASADOS – COMPREV



Fonte: COMPREV

REQUERIMENTOS ENCAMINHADOS AO INSS



Fonte: COMPREV (obs: no caso dos aprovados pela média o calculo do valor a ser repassado e feito de forma sistêmica pelo próprio INSS. Não levando o valor da aposentadoria por nós informado.)

ESTOQUE RETIDO

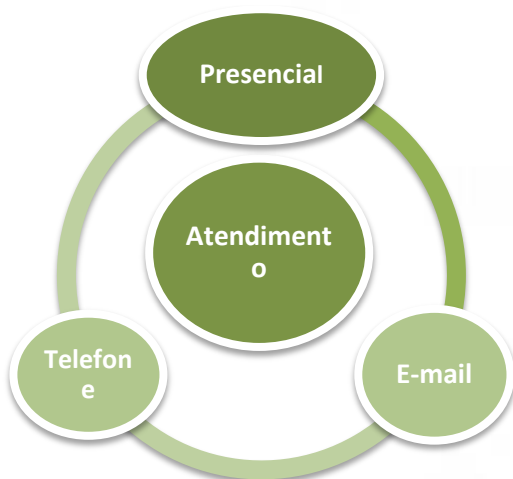
COMPETÊNCIA 2017	QUANTIDADE DE OBJETOS MENSAL	ESTOQUE MENSAL EM RELATÓRIO	ESTOQUE ACUMULADO
ABRIL	11.540	793.274.136,18	791.189.506,67
MAIO	11.542	793.399.529,05	791.314.899,54
JUNHO	11.547	793.701.372,43	791.616.742,92

Fonte: COMPREV

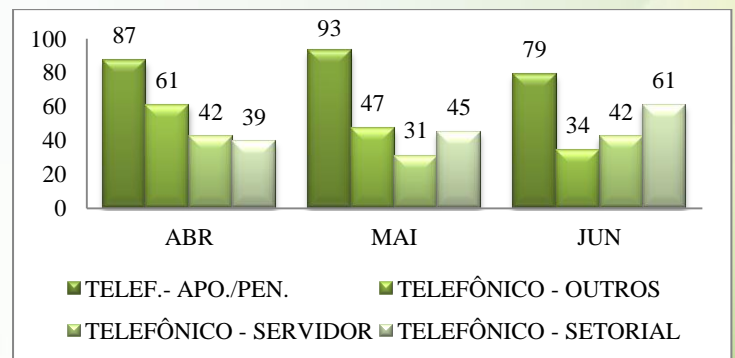
5.7 CANAIS DE ATENDIMENTO

A atenção ao atendimento tem por objetivo estabelecer uma relação de maior familiaridade entre o Instituto e o Beneficiário. O IPREV/DF vem desenvolvendo uma proposta de promover este atendimento com excelência e eficiência, estando atento às reais necessidades dos segurados.

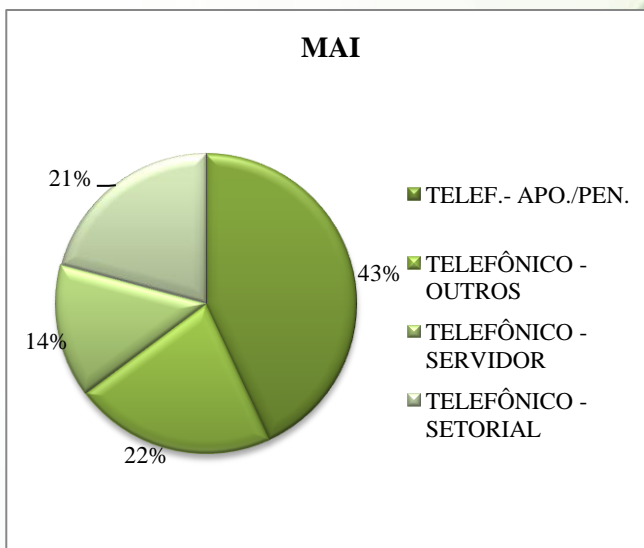
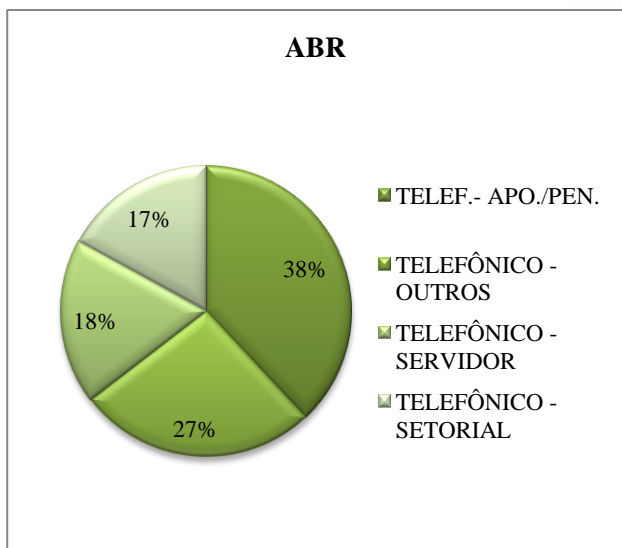
São os seguintes os canais de atendimentos no 2º trimestre de 2017:



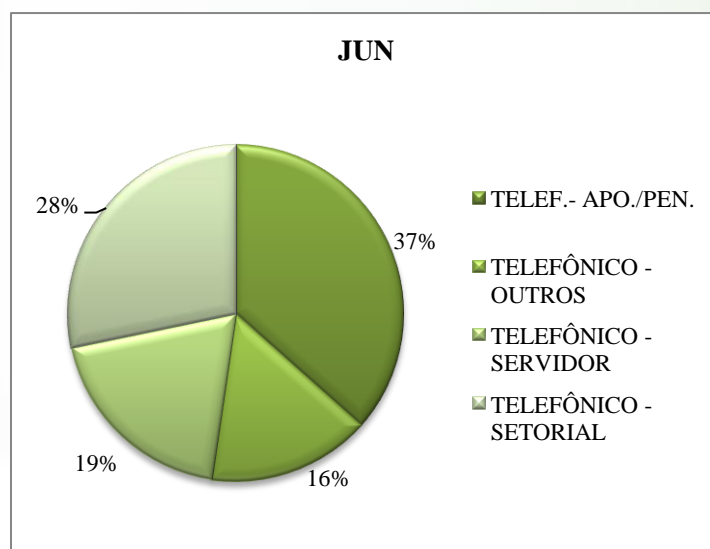
TELEFONE/EMAIL



Fonte: Controles Produção – DIPREV 2017

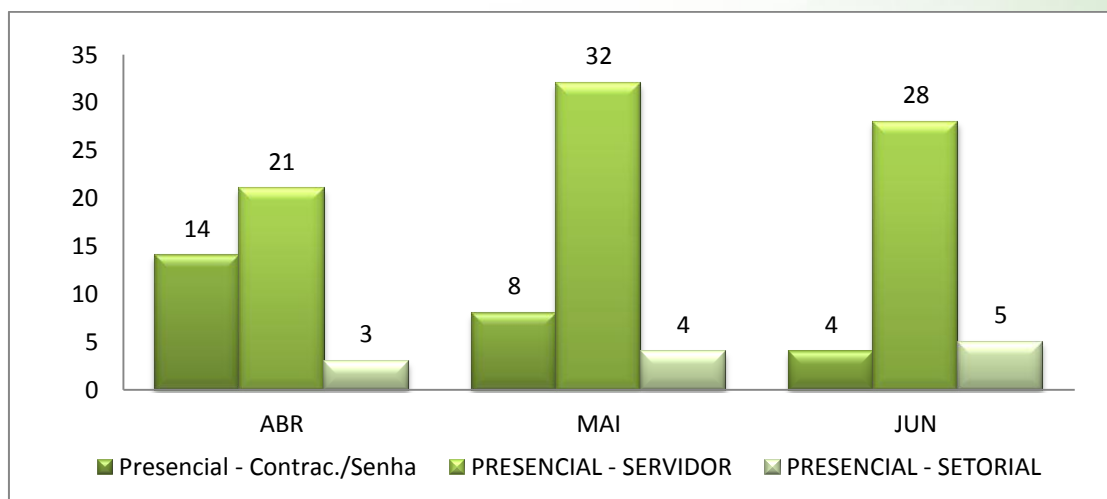


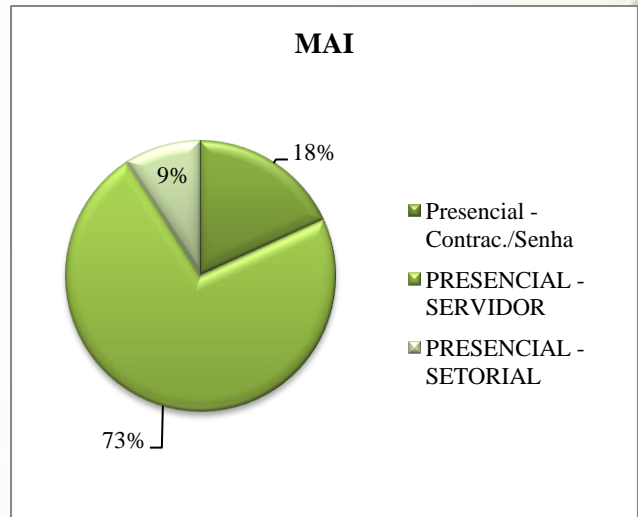
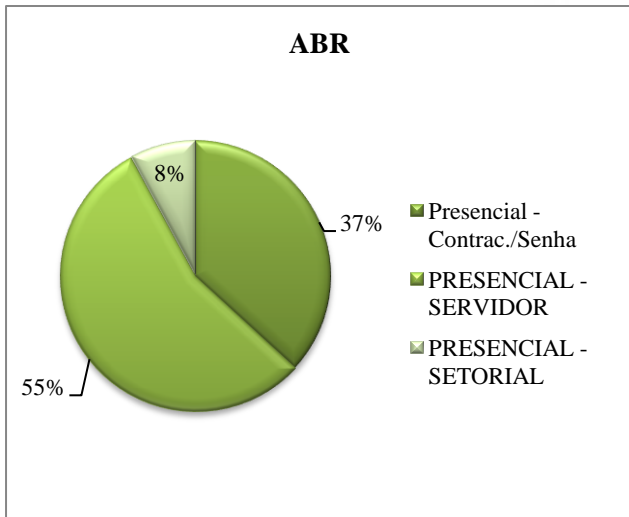
Fonte: Controles Produção – DIPREV 2017



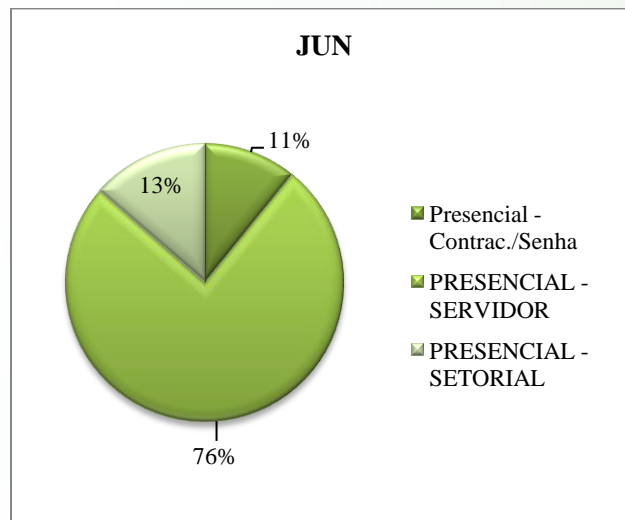
Fonte: Controles Produção – DIPREV 2017

PRESENCIAL





Fonte: Controles Produção – DIPREV 2017



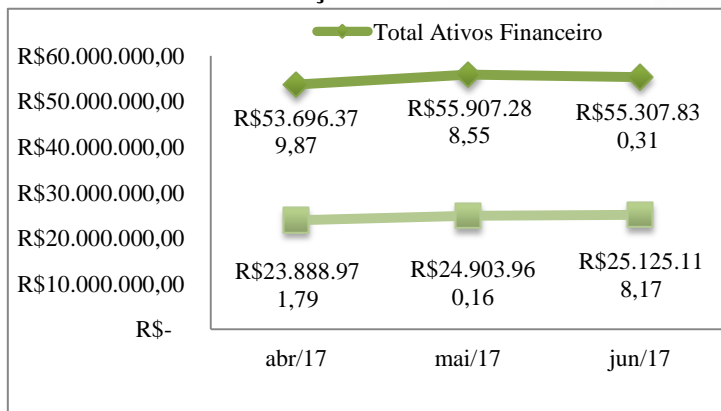
Fonte: Controles Produção – DIPREV 2017

6. CONTRIBUIÇÕES

6.1 CONTRIBUIÇÕES DOS ATIVOS – ATENDIMENTO

As contribuições dos servidores no 2º trimestre de 2017 totalizaram em R\$ 238.829.548,85.

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR

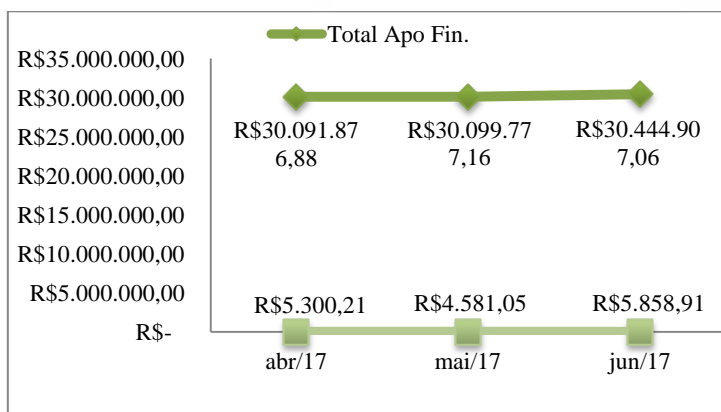


Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

6.2 CONTRIBUIÇÕES DOS APOSENTADOS – ATENDIMENTO

As contribuições dos aposentados no 2º trimestre de 2017 totalizaram em R\$ 90.652.301,27.

CONTRIBUIÇÕES DOS APOSENTADOS

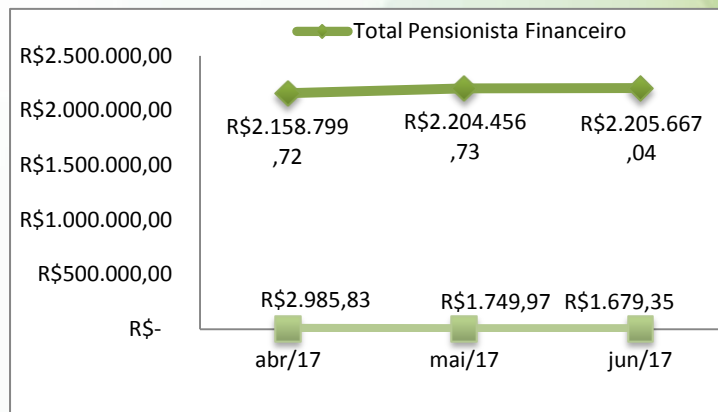


Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

6.3 CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS

As contribuições dos pensionistas no 2º trimestre de 2017 totalizaram em R\$ 6.575.338,64.

CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS

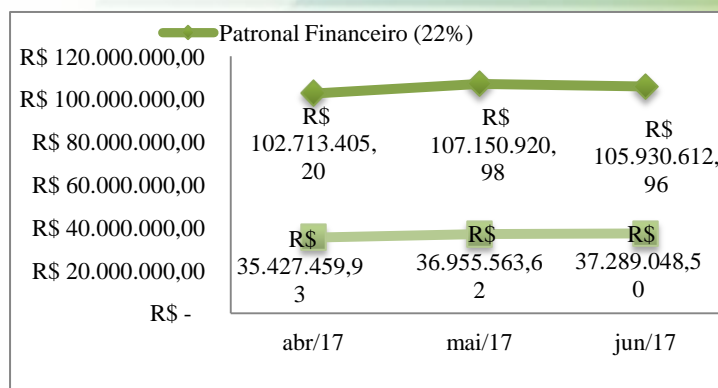


Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

6.4 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL ATENDIMENTO

As contribuições do Ente (Patronal) no 2º trimestre de 2017 totalizaram em R\$ 425.467.011,19 (Financeiro e Capitalizado).

PATRONAL

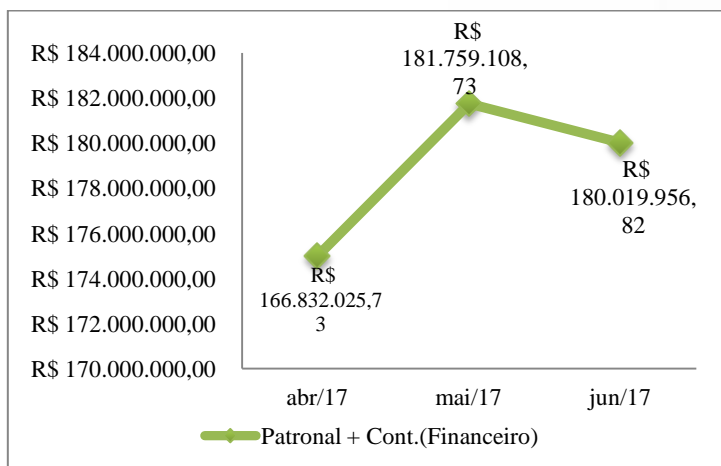


Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

6.5 TOTAL REPASSADO DE CONTRIBUIÇÕES

O total de contribuições repassadas no 2º trimestre de 2017 para o Plano Financeiro, que se orienta pelo regime de competência, totaliza a quantia de R\$ 536.781.644,87.

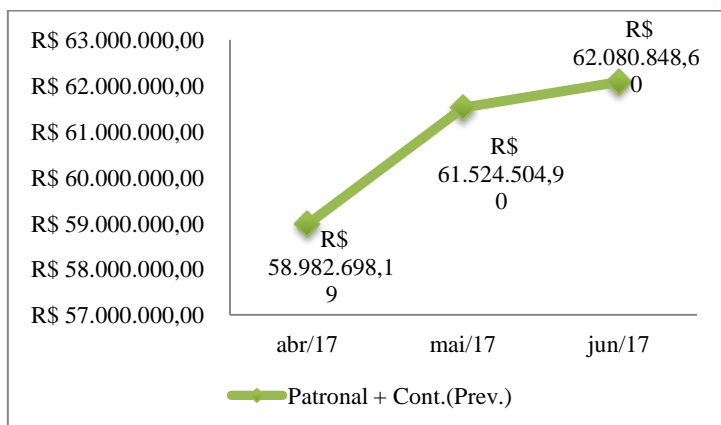
TOTAL DO PLANO FINANCEIRO



Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

O total de contribuições repassadas no 2º trimestre de 2017 no Plano Previdenciário foi de R\$ 182.588.051,69.

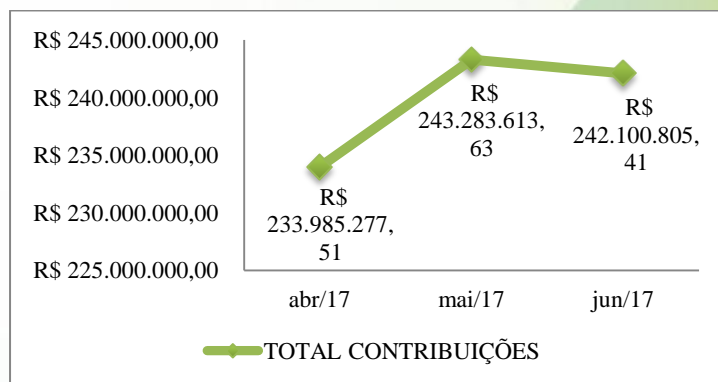
TOTAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO



Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

O Total Geral de repasses de contribuições no 2º trimestre de 2017 foi de R\$ 719.369.696,55.

REPASSE TOTAL



Fonte: DIPR abr. maio e jun. de 2017, SIGRH, Demonstrativos Previdenciários do TCDF, Câmara Legislativa

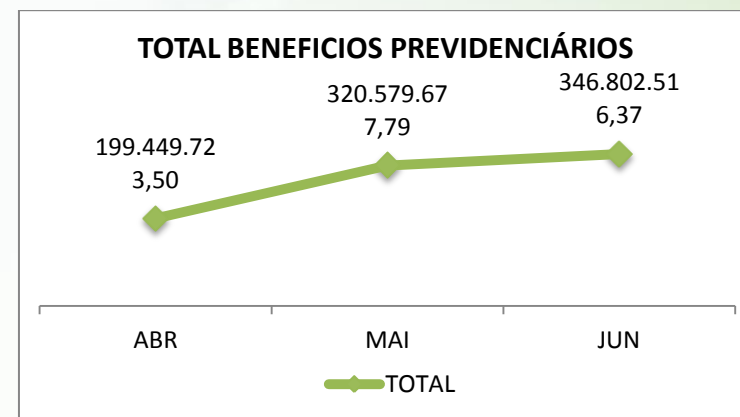
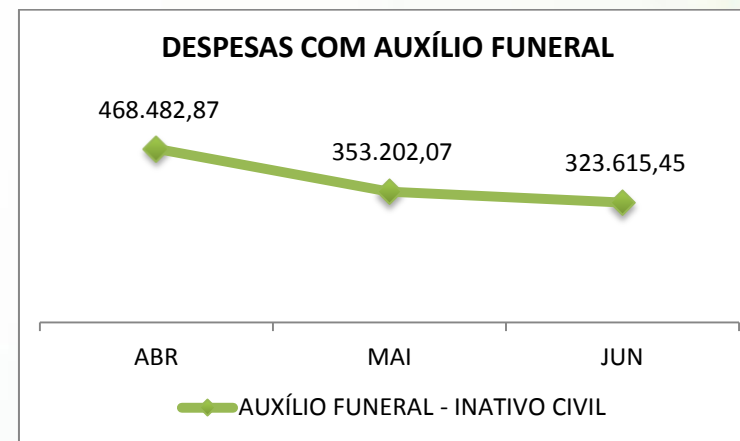
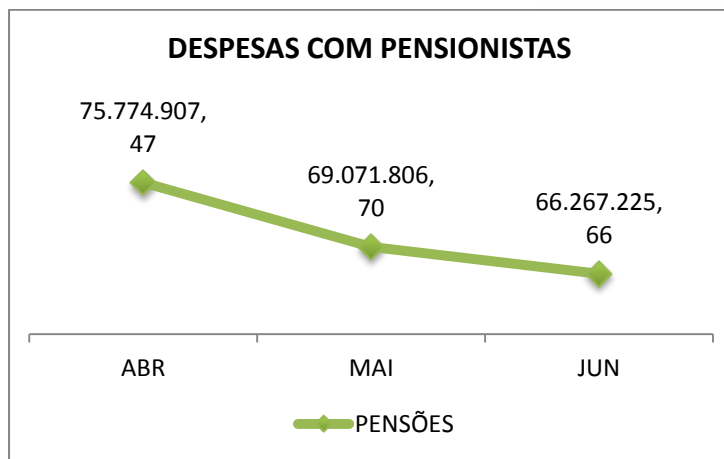
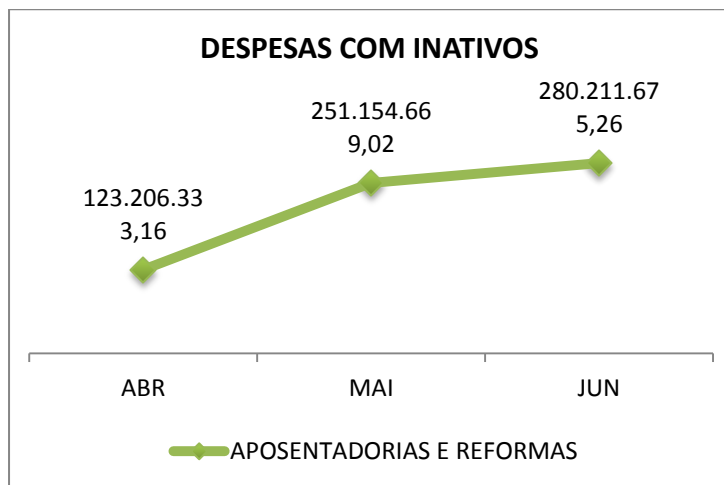
7. FLUXO DE CAIXA DOS FUNDOS

Os dados abaixo são referentes às despesas – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – abril, maio e junho/2017 – Fundos Financeiro e Capitalizado:

DESPESAS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	ABR	MAI	JUN	TOTAL
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	4.952.463,47	2.460.443,18	2.551.512,42	9.964.419,07
Aposentadorias RPPS Financeiro	118.253.869,69	248.694.225,84	277.660.162,84	644.608.258,37
APOSENTADORIAS E REFORMAS	123.206.333,16	251.154.669,02	280.211.675,26	654.572.677,44
Pensões - Militar	882.786,29	390.757,98	396.937,69	1.670.481,96
Pensões RPPS Financeiro	74.892.121,18	68.681.048,72	65.870.287,97	209.443.457,87
PENSÕES	75.774.907,47	69.071.806,70	66.267.225,66	211.113.939,83
AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO CIVIL	468.482,87	353.202,07	323.615,45	1.145.300,39
TOTAL	199.449.723,50	320.579.677,79	346.802.516,37	866.831.917,66

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.

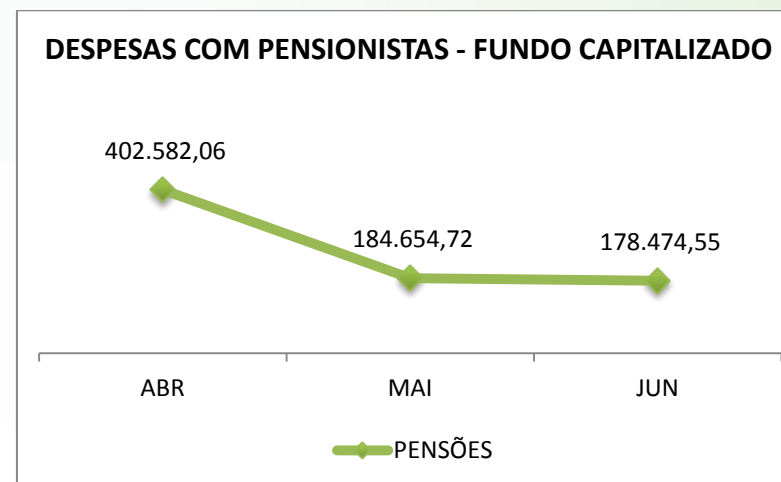
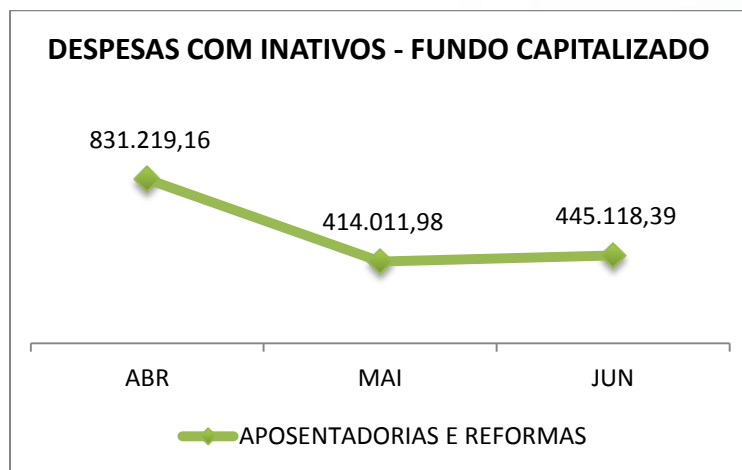
Obs: Os dados dos Militares do mês de abril estão acumulados com mês de março que anteriormente não foram lançados devido a ausência de repasse financeiro dentro da competência.

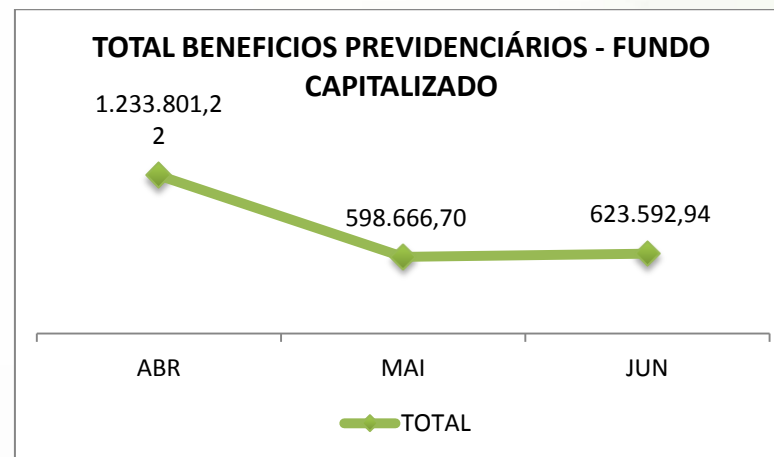
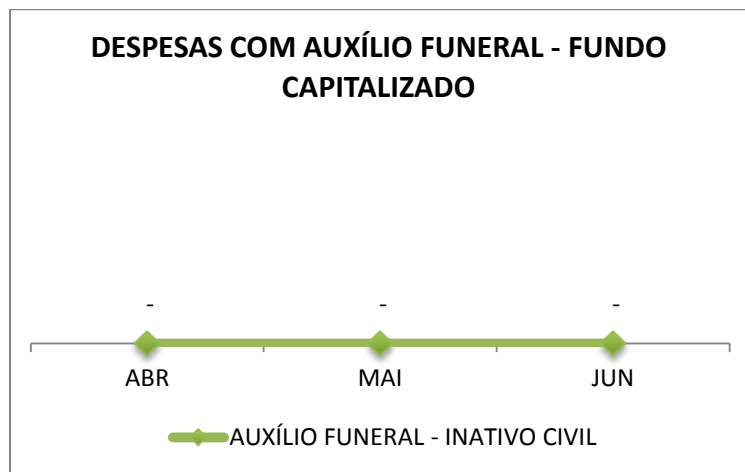


DESPESAS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	ABR	MAI	JUN	TOTAL
Reserva Remunerada e Reformas - Militar	-	-	-	-
Aposentadorias RPPS Capitalizado	831.219,16	414.011,98	445.118,39	1.690.349,53
APOSENTADORIAS E REFORMAS	831.219,16	414.011,98	445.118,39	1.690.349,53
Pensões - Militar	-	-	-	-
Pensões RPPS Capitalizado	402.582,06	184.654,72	178.474,55	765.711,33
PENSÕES	402.582,06	184.654,72	178.474,55	765.711,33
AUXÍLIO FUNERAL - INATIVO CIVIL	-	-	-	-
TOTAL	1.233.801,22	598.666,70	623.592,94	2.456.060,86

Fonte: Balancete Contábil SIAC/SIGGO.

Obs: Os dados de abril estão acumulados com mês de março que anteriormente não foram lançados devido a ausência de repasse financeiro dentro da competência.





7.1 INFORMAÇÕES DO FUNDO CONSTITUCIONAL

Conforme previsto no acórdão nº 2891/2015 - Plenário do TCU, os dados apresentados abaixo, representam os valores totais despendidos com o pagamento das folhas das Secretarias de Estado de Saúde e Educação que, desde janeiro de 2017 passaram a ter a sua forma de liquidação e pagamento diferenciada conforme decisão citada acima.

VALORES PAGOS COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE GESTORA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	COMP. DEZ/16- PAGO JAN/17	COMP. JAN/17 PAGO FEV/17	COMP. FEV/17 PAGO MAR/17	COMP. MAR/17 PAGO ABR/17	COMP. ABR/17 PAGO MAI/17	COMP. MAIO/17 PAGO JUNI/17	COMP. JUN/17 PAGO JUL/17	TOTAL PAGO DA UG
EDUCAÇÃO	INATIVOS	100	51.670.274,61	131.753.277,04	133.838.240,99	133.284.020,64	100.519.305,73	98.521.321,68	98.517.183,18	748.103.623,87
	PENSIONISTA	100	0,00	11.160.056,38	11.166.138,27	11.233.032,87	(89,63)	(59,62)	0,00	33.559.078,27
	TOTAL	100	51.670.274,61	142.913.333,42	145.004.379,26	144.517.053,51	100.519.216,10	98.521.262,06	98.517.183,18	781.662.702,14

SAÚDE	INATIVOS	100	38.329.725,39	81.212.349,72	82.070.361,18	82.123.628,14	82.655.470,26	64.934.522,20	44.934.522,20	476.260.579,09
	PENSIONISTA	100	0,00	8.618.714,58	8.768.980,54	8.748.789,55	0,00	0,00	0,00	26.136.484,67
	TOTAL	100	38.329.725,39	89.831.064,30	90.839.341,72	90.872.417,69	82.655.470,26	64.934.522,20	44.934.522,20	502.397.063,76
TOTAL EDUCAÇÃO & SAÚDE			90.000.000,00	232.744.397,72	235.843.720,98	235.389.471,20	183.174.686,36	163.455.784,26	143.451.705,38	1.284.059.765,90

8. GOVERNANÇA

O Iprev/DF continua procurando atuar de forma incessante na busca da excelência da gestão previdenciária, seja atuando na busca do cumprimento integral do normativo legal que disciplina o tema, seja no esforço para manter o CRP vigente, as demonstrações de natureza obrigatória, ao desenvolvimento institucional, da Educação Previdenciária e propiciar a plena informação e transparência sobre o estágio de funcionamento do Instituto.

É por intermédio do Iprev/DF que as políticas e as ações do Distrito Federal, em relação à previdência dos servidores públicos devem se desenvolver.

Os quadrantes fundamentais de atuação do Iprev/DF podem ser sintetizados da seguinte forma:

- Gestão dos benefícios previdenciários decorrentes aposentadorias e pensões dos segurados e dependentes;
- Gestão dos ativos financeiros originários das contribuições e demais receitas previdenciárias, buscando a constante rentabilização desses ativos por meio de aplicações no mercado financeiro, em conformidade com as normas legais e específicas, tendo como finalidade o cumprimento de suas obrigações previdenciárias;
- Gestão do custeio da previdência dos servidores distritais, mediante fiscalização e controle das contribuições do Governo do Distrito Federal e dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- Gestão das variantes que possam alterar a viabilidade e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos fundos administrados pelo Iprev/DF, seguindo padrões técnicos, profissionais e socialmente justos.

Com isso, a Instituição e seus servidores seguem no intuito maior de enfrentar a principal necessidade previdenciária: viabilizar a institucionalização do Iprev/DF, como o Gestor

Único do RPPS, conforme preceitua a Lei Complementar nº 769/2008.

Diante das atividades desenvolvidas pelo Instituto, destacam-se algumas no 2º trimestre de 2017, tais como:

A. RELAIZAÇÃO DO 2º IPREV DEBATE

Foi realizado em 05 de junho de 2017 a segunda edição do evento IPREV DEBATE, com o tema Aspectos atuariais relevantes nos Regimes de Previdência que contou com a participação massiva de servidores do Governo de Brasília bem como com a participação de representantes de fundos de pensões de entidades do DF. Houve o debate com a presença de aproximadamente 60 servidores dos diversos órgãos do GDF. Os palestrantes foram o Gerente de Atuária da FUNPRESP, o Assessor Especial de Atuária do Iprev/DF, o Diretor de Orientação Técnica e Normas da Previc, e o Auditor Fiscal e Atuário da Secretaria de Previdência, que apresentaram seus painéis e foram muito solicitados no debate.

B. CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

De forma a atender às disposições contidas na Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, o Iprev/DF iniciou em setembro de 2016, dando continuidade no 1 e 2º trimestre de 2017, o processo de credenciamento das instituições financeiras e fundos de investimento que recebem as aplicações dos recursos administrados pelo Instituto.

Como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco de Brasília exercem a condição de administradora de fundos de investimento dos quais o Iprev/DF é cotista, foi solicitado aos Bancos o envio de Termos de Credenciamento, no modelo já disponibilizados pela Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPSS.

Apenas os fundos que possuam este Atestado estarão passíveis de recebimento de novas aplicações após o encerramento do período de análise dos documentos.

O credenciamento garante maior transparência na relação com os bancos, bem como é o primeiro passo para criar competição entre estas mesmas instituições financeiras.

C. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017:

A Política de Investimentos para 2017 foi reformulada de modo a incluir análise aprofundada da atual carteira do Iprev/DF do ponto de vista quantitativo e qualitativo, o perfil do seu passivo, o cenário econômico doméstico e internacional e estratégia e limites para o ano de 2017. Além disso, a Política de Investimentos introduz parâmetros mais detalhados para a política de seleção e avaliação dos prestadores de serviços financeiros que atuarão junto ao Iprev/DF, especificamente quanto às regras de credenciamento, bem como a política de administração de risco a ser adotada no ano seguinte.

A Política de Investimentos é a peça central no planejamento da atuação do Iprev/DF na gestão dos seus investimentos, e orientará a todo tempo o trabalho da Diretoria de Investimentos.

A Política foi apresentada pela Diretoria de Investimentos aos órgãos colegiados e aprovada pelo Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR em 29 de novembro de 2016 e pelo Conselho de Administração do Iprev/DF - CONAD em 6 de dezembro de 2016. Após a assinatura pelo Governador do Distrito Federal, a Política seguiu para cadastro junto à Secretaria de Previdência. Com isso o Iprev/DF cumpre mais essa importante obrigação junto ao órgão fiscalizador dentro do prazo regulamentar.

D. ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PMG – PAINEL DE MONITORAMENTO GERENCIAL:

O monitoramento consiste em um processo de permanente coleta, análise e sistematização de informações e de verificação do andamento das metas instituída no IPREV-DF. Vai haver o monitoramento do desempenho das metas

estabelecidas; a evolução dos indicadores; e os resultados alcançados pelas diversas áreas do Iprev-DF

O PMG tem como objetivos:

- **Proporcionar maior transparência** – meio de prestação de contas a sociedade sobre o desempenho dos programas;
- **Auxiliar a tomada de decisão** – informações úteis que qualificam as decisões;
- **Promover a aprendizagem e a disseminação do conhecimento no IPREV-DF** – amplia o conhecimento dos gerentes/equipes; e
- **Aperfeiçoar a concepção e a gestão das metas propostas** – permite melhoria.

E. IMPLEMENTAÇÃO DO HESK, EM CONJUNTO COM A DIFAD:

O *Hesk* é um sistema para administração de *Helpdesk*, utilizado para atendimento ao cliente. O software é simples e leve, foi desenvolvido em PHP e utiliza banco de dados MySQL. Vale dizer que esse sistema já é utilizado no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG.

8.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciário, instituído pelo Decreto nº 3.788, de 11 de abril de 2001 e Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, serve de instrumento de controle para o Ministério da Previdência verificar o cumprimento dos critérios e exigências previstos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Manter o CRP vigente para o Instituto é fundamental, uma vez que a sua ausência limita a capacidade do Distrito Federal de negociar e assinar acordos relacionados ao financiamento e/ou liberação de verbas por órgãos multilaterais e as de livre vinculação da União.

O Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal está, no 2º trimestre de 2017, com seu CRP vigente.

**CERTIFICADO DE REGULARIDADE
PREVIDENCIÁRIA - CRP**

N.º 974001 -155553

**EMITIDO CONFORME DETERMINAÇÃO
JUDICIAL.**

DADOS DO ESTADO

CNPJ: 00.394.601/0001-26

NOME: Governo do Distrito Federal

UF: DF

**AS IRREGULARIDADES OBSERVADAS EM
RELAÇÃO À LEI N.º 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO
DE 1998 E**

**PORTARIA MPAS N.º 402, DE 10 DE DEZEMBRO DE
2008 ESTÃO SUSPENSAS CONFORME
DETERMINAÇÃO JUDICIAL,**

**NÃO REPRESENTANDO IMPEDIMENTO À
EMISSÃO DESTE CERTIFICADO.**

FINALIDADE DO CERTIFICADO

**OS OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA
UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR,**

**PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS
REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS ESTADOS, DO**

**DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS
SEGUINTE CASOS:**

**I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS
VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;**

**II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS,
CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE
EMPRÉSTIMOS,**

**FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM
GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA
ADMINISTRAÇÃO**

DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;

**III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

FEDERAIS;

**IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM
RAZÃO DO**

DISPOSTO NA LEI N.º 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ORGÃOS E ENTIDADES DO ESTADO.

A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA

INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: www.previdencia.gov.br, POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR

DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA .

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O

QUAL FOI EXIGIDO

EMITIDO EM 29/5/2017.

VÁLIDO ATÉ 25/11/2017 .

8.3 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 10.203.387/0001-37

Certidão n.º: 133823906/2017

Expedição: 20/07/2017, às 17:59:45

Validade: 15/01/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 10.203.387/0001-37, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n.º 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n.º 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

8.2 CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS – CND



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
CNPJ: 10.203.387/0001-37

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 15:47:36 do dia 18/05/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/11/2017.

Código de controle da certidão: C760.FB40.0376.9FBA

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

8.4 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10203387/0001-37

Razão Social: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO D FEDERAL

Nome Fantasia: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DF

Endereço: SGM AREA ESPECIAL QD 01 S/N / SETORES COMPLEMENTA / BRASÍLIA / DF / 70610-610

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/07/2017 a 03/08/2017

Certificação Número: 2017070503082004718907

Informação obtida em 20/07/2017, às 18:04:06.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

9. CONTROLE INTERNO

O processo de controle opera-se com a dinâmica da organização e compreende o planejamento e a orçamentação dos meios, a execução das atividades planejadas e a avaliação periódica da atuação.

Os controles internos, tomados como sistema, englobam toda a organização e podem caracterizar-se como controles contábeis e controles administrativos (CREPALDI, 2000).

Controles contábeis dizem respeito à salvaguarda do patrimônio e à fidedignidade das informações contábeis, incluindo, por exemplo, controles físicos sobre bens, estabelecimento de níveis de autoridade e responsabilidade, segregação de funções, rotação de funcionários e elaboração de relatórios periódicos.

Os controles administrativos englobam os métodos e procedimentos que visam à adesão às políticas estratégicas e à eficiência operacional da organização. São instrumentos de controle administrativo o planejamento estratégico, as metas de produção, os sistemas de custos e o controle de qualidade, entre outros.

ATTIE (1992) apresenta estudo analítico, resumido a seguir, dos itens que aponta como componentes do controle interno:

- **Plano de Organização:** formalização da estrutura da organização, que será concebida de acordo com os objetivos a serem alcançados, e onde serão estabelecidas as relações de autoridade e responsabilidade dos diversos níveis hierárquicos.
- **Métodos e medidas:** estabelecem os caminhos e os meios de comparação e julgamento para alcançar-se determinado fim; compõem o manual de operações da organização e, se o sistema for adequadamente planejado, deve conter procedimentos destinados a promover o controle.
- **Proteção do patrimônio:** definições sobre os meios pelos quais são salvaguardados e defendidos os bens e direitos da organização, instruções sobre autorizações, segregações de funções, custódia, controle e contabilização dos bens patrimoniais.

- **Exatidão e fidedignidade dos dados contábeis:** conjunto de medidas que asseguram a precisão dos elementos dispostos na contabilidade; plano de contas composto de um adequado e abrangente elenco de contas, acompanhado da descrição clara e objetiva do funcionamento delas.

- **Eficiência operacional:** definição adequada dos métodos e procedimentos operacionais; descrição das atividades de cada função de modo a facilitar o cumprimento dos deveres; seleção, treinamento e supervisão do pessoal adequados às atividades.

- **Políticas administrativas:** sistema de regras e princípios traçados pela alta administração que representam as guias de raciocínio para as tomadas de decisões em todos os níveis, de forma a focalizar o objetivo principal da organização.

Os controles internos são compostos pelo plano de organização e todos os métodos e medidas pelas quais uma organização controla suas atividades, visando a assegurar a proteção do patrimônio, exatidão e fidedignidade dos dados contábeis, e eficiência operacional, como meios para alcançar os objetivos globais da organização.

A Constituição Federal de 1988 estabelece com mais clareza o escopo do controle interno ao mesmo tempo em que consagra no texto constitucional os Princípios Básicos da Administração Pública:

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

(...)

Art. 74 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Comparando-se o texto constitucional vigente com o dispositivo da Constituição anterior sobre a abrangência do controle, verifica-se que o atual não se restringe a aspectos financeiros e orçamentários apenas, mas explicita que o controle, ou a fiscalização, atuará sobre os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal em 03 de março de 2015 decidiu emitir alerta ao governador do DF, Rodrigo Rollemberg, e às Secretarias de Fazenda e de Planejamento sobre a extrapolação do limite prudencial (95%) de gastos com pessoal. Ao ultrapassar esse limite, o GDF ficou submetido a várias proibições previstas no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A LRF determina um limite de 49% da Receita Corrente Líquida (RCL) para gastos com pessoal do Poder Executivo Distrital. A análise feita pelo corpo técnico do TCDF aponta que, no terceiro quadrimestre de 2014, a despesa líquida com pessoal no Poder Executivo atingiu 46,93%, ultrapassando, assim, o chamado limite prudencial de 46,55% (ou 95% do limite máximo de 49% da RCL).

Portanto desde 2015 o Distrito Federal vem implementado as medidas necessárias ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre essas medidas, destacamos o Bloqueio de cargos comissionados, para redução de gasto com pessoal.

Entre os cargos em comissão bloqueados, estava o de Chefe da Unidade de Controle Interno do Iprev-DF, que chegou a ser desbloqueado em julho de 2016, entretanto com a saída do Servidor que respondia pela Unidade, o cargo voltou a ser bloqueado no final do ano de 2016.

Em maio de 2017, foram realizadas algumas reestruturações nas Secretarias, e com isso foi possível desbloquear novamente o cargo de Chefe da Unidade de Controle Interno do Iprev-DF, e em 5 de maio do corrente ano, a servidora Raquel Galvão Rodrigues da Silva, que já estava lotada no Instituto na função de Diretora de Previdência a mais de seis anos, veio a ser nomeada como Chefe da Unidade.

Por tratar-se de uma Autarquia especial, vinculada à Administração Indireta do Distrito Federal, é facultado ao Iprev-DF, a nomeação de um servidor demonstre a existência de perfil técnico compatível com as atividades a serem exercidas, não havendo a obrigatoriedade de que seja um Auditor de carreira, haja vista os termos do Decreto nº 32.840, de 06 de abril de 2011.

Durante o período os meses de maio e junho de 2017, relativos ao 2º Trimestre de 2017, a Unidade de Controle Interno promoveu as seguintes ações:

9.1. APRESENTAÇÃO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – PAAAI

Em Junho de 2017, a Unidade de Controle Interno do Iprev-DF, apresentou o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI, que após a concordância da Presidência do Instituto foi encaminhado à Controladoria-Geral do Distrito Federal.

O PAAAI do Iprev-DF pautou-se nos seguintes fatores:

- Força de trabalho da Unidade de Controle Interno e possibilidade de contar com apoio de outras unidades;

- Necessidades do Iprev/DF;
- Competências Regimentais;
- Diretrizes emanadas da Controladoria Geral do Distrito Federal;

- Atendimento das demandas internas e externas.

Foram, igualmente, relacionados os temas e os procedimentos de maior relevância e grau de risco para a Autarquia, que necessariamente deveriam ser contemplados nas atividades desenvolvidas.

Tendo como parâmetros os fatores descritos acima, foram especificados os limites dentro dos quais as ações serão realizadas, por meio da seleção dos seguintes objetos:

- Fomento e apoio a implementação da gestão de risco;
- Apoio as ações a cargo da Chefia de Governança, Projetos e Compliance;
- Acompanhamento da execução de convênios e contratos administrativos, bem como análise preliminar de projetos básicos e Termos de Referência;
- Auxílio/Orientação e acompanhamento das providências relacionados à denúncias e irregularidades;
- Acompanhamento do tratamento dado às solicitações feitas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;
- Monitoramento das providências decorrentes de recomendações/determinações emanadas da CGDF, do TCDF, da PGDF e do MPDFT;
- Orientação, em tese, dos gestores do Iprev/DF, sobre questões relacionadas com as normas que regem a execução orçamentária, contábil, financeira, operacional, patrimonial e de gestão de pessoas, bem como nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;
- Monitoramento da execução do ciclo orçamentário e a utilização dos recursos públicos;
- Acompanhamento da aplicação da Lei de Acesso à Informação Pública, no âmbito do Iprev/DF;
- Avaliação do cumprimento das metas previstas no Planejamento Estratégico; e
- Acompanhamento de programas e projetos.

9.2. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS ENCAMINHADAS AO IPREV:

ORGÃO	DEMANDAS			TOTAL
	RECEBIDAS	CUMPRIDAS	DENTRO DO PRAZO DE ANÁLISE	
TCDF	04	01	03	10
CLDF	01	01	-	
CGDF	03	01	02	
SPPS/MF	01	01	-	
OUTROS	01	-	01	

É importante destacar que até abril de 2017, o Iprev-DF, direcionava as demandas relativas ao Controle Interno, à Diretoria Jurídica, com a nomeação da Chefe do Controle Interno em maio, foi constatada a existência de 22 (vinte e dois) Processos de interesse do Instituto em tramitação junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, além da tramitação de 01 (um) processo junto à Controladoria Geral do DF.

10. ATUARIAL

A Assessoria Especial de Atuária, tem por objetivo subsidiar o Iprev-DF com informações e relatórios relativos aos aspectos atuariais do instituto, bem como zelar pela boa prática atuarial, elaboração de Relatório de Avaliação Atuarial Anual e avaliação dos parâmetros e resultados apresentados pelo referido relatório.

Ressalta-se que as informações descritas a seguir representam uma fotografia do momento em que foi realizada a Avaliação Atuarial do ano de 2017 com data base no fechamento do exercício de 2016.

A base de dados utilizada na Avaliação Atuarial 2017 contempla os servidores ativos, aposentados e pensionistas

do mês de setembro do último exercício fechado. Dessa maneira, devido ao comportamento estático da referida análise, não haverá alteração nos resultados atuariais ou demográficos do referido relatório até o momento de elaboração de nova Avaliação Atuarial.

A Avaliação Atuarial periódica de um Plano de benefícios de Regime Próprio de Previdência Social, além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 9.717/98 e Portaria MPS nº. 204/08 é essencial para a revisão dos planos de custeio e de benefícios do plano previdenciário, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial. Como prevê o artigo 73 da Lei Complementar nº 769, de 30 de julho de 2008, transcrito a seguir, a massa de segurados está segmentada em dois grupos, a saber:

FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA – SEGURIDADE SOCIAL: formado pelos servidores admitidos em data anterior a 01/jan/07 e benefícios gerados por estes, bem como aposentadorias e pensões vigentes à época da publicação da referida Lei Distrital. Suas despesas serão custeadas pelo Regime Financeiro de Repartição Simples; e

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL – DFPREV:

formado pelos servidores admitidos em data igual ou superior a 01/jan/07 e benefícios gerados por estes servidores. Seus benefícios serão tratados sob o Regime Financeiro de Capitalização, Capitais de Cobertura e Repartição Simples no que couber.

A avaliação atuarial é desenvolvida em quatro etapas, transcritas e detalhadas a seguir:

- **Análise crítica da base de dados dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas:**

Toda a avaliação atuarial é realizada com base nos dados dos servidores do Distrito Federal, os quais são coletados em três etapas:

- Extração de dados do SIGRH, coleta dos dados de todos os servidores do poder executivo do Distrito Federal;

- Extração de dados do sistema MENTORH da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

- Extração de dados do sistema MENTORH do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Os dados são avaliados e, por meio de uma manipulação do banco de dados, apuram-se as inconsistências cadastrais, as quais são corrigidas ou alteradas por premissas atuariais quando impossibilitada a correção.

Após a manipulação dos dados, elabora-se o consolidado estatístico com informações gerais do plano capitalizado e financeiro.

- **Seleção das hipóteses financeiras e atuariais, regimes de financiamento e outros mecanismos de dimensionamento dos compromissos dos planos e a realização do Cálculo Atuarial:**

A seleção das premissas atuariais e financeiras é de suma importância, pois impactam diretamente nos resultados dos planos previdenciários. Destacamos que o IPREV/DF manteve as premissas atuariais utilizadas no exercício anterior, tendo em vista as mesmas estarem devidamente atualizadas, com exceção da hipótese atuarial de taxa de juros que passou de 5,5% a.a. para 5,0% em 2017 com base no cenário apresentado pela Diretoria de Investimentos do Iprev-DF.

Premissa	DFPREV
Taxa de Juros Real	5,00% a.a.
Taxa de Inflação	0,00% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Real	1,21% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios Real	0,00% a.a.
Taxa de Rotatividade	1,00% a.a.
Taxa de Despesas Administrativas	0,00% a.a.
Novos Entrados	Sim
Compensação Previdenciária	Sim

Tábuas	DFPREV
Mortalidade Geral ⁶	AT-2000
Sobrevivência	AT-2000
Entrada em Invalidez	Wyatt-85 – 10%

As premissas modeladoras do **FUNDO FINANCEIRO DE PREVIDÊNCIA**, obedecem ao mesmo padrão de comportamento do **DFPREV**, exceto no que diz respeito a taxa de juros real a qual é de 0% a.a. já que é um fundo financeiro e não possui patrimônio capitalizável.

A tábua de mortalidade AT-2000, elaborada pela SOA (Society of Actuaries) com base na experiência dos Fundos de Pensões Norte Americanos, é aderente a população atual do Instituto e possui expectativa de vida ao nascer de 84 anos.

Para a utilização da taxa de crescimento salarial de 1,21% a.a., utilizou-se a estimativa da evolução salarial do servidor ativo a cada ano de serviço no GDF através do banco de dados recebido. Para tanto, estimou-se o crescimento salarial do servidor a cada ano de trabalho no GDF segundo um modelo de regressão que avalia a variação salarial em função do tempo de permanência no GDF, estimando-se um crescimento salarial de 1,21%.

• **Análise dos resultados e realização de estudos acerca da viabilidade da manutenção dos planos de custeio.**

Caso seja constatado desequilíbrio, um ou mais planos de custeio serão discutidos e propostos, de forma a promover o equilíbrio de longo prazo do plano, sem desequilibrar as contas no curto e médio prazo:

A metodologia utilizada na avaliação atuarial para apurar os resultados dos planos é trazer os compromissos e as receitas futuros a valor presente e comparar com o ativo líquido do plano, adotando as premissas atuariais anteriormente detalhadas.

Discriminação	Ativos	Aposentados e Pensionistas	Proporção Ativos / Aposentados e Pensionistas
Quantitativo	99,56%	0,44%	226,33

O Plano previdenciário DFPREV é um plano extremamente novo, composto predominantemente por ativos, sendo a população de assistidos representativa de menos de 0,5% do total de servidores.

CUSTO NORMAL	Custo Anual (R\$)	Taxa sobre a folha de ativos
Aposentadorias com reversão ao dependente	R\$ 491.710.324,54	18,53%
Invalidez com reversão ao dependente	R\$ 159.480.790,64	6,01%
Pensão de ativos	R\$ 74.300.534,74	2,80%
Auxílios	R\$ 5.572.540,10	0,21%
CUSTO NORMAL ANUAL LÍQUIDO	R\$ 731.064.190,02	27,55%
Administração do Plano	R\$ 0,00	0,00%
CUSTO NORMAL ANUAL TOTAL	R\$ 731.064.190,02	27,55%

O custo com pagamento de benefícios para formação de reservas futuras do ano de 2017 corresponde a 27,55% da folha salarial dos ativos, sendo predominantemente formada pelo percentual referente a aposentadorias e pensões futuras.

Discriminação	Valores
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMB – Concedido)	-R\$ 145.239.239,91
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMB a Conceder)	-R\$ 2.592.189.869,51
Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	-R\$ 2.737.429.109,42
(+) Ativo do Plano**	R\$ 2.997.095.731,68
(+) Outros Créditos	R\$ 1.201.043.817,00
Superávit Técnico Atuarial	R\$ 1.460.710.439,26

➤ Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMB – Concedido) - É a diferença total de todas as despesas e contribuições futuras dos benefícios que estão em gozo a data da Avaliação Atuarial, trazidos a valor presente pela premissa de taxa de juros.

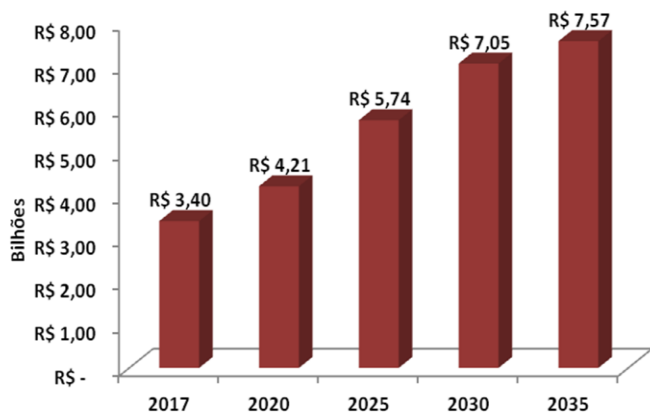
➤ Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMB a Conceder) - É a diferença total de todas as despesas e contribuições futuras dos benefícios que ainda **não** se encontram em gozo a data da Avaliação Atuarial, trazidos a valor presente pela premissa de taxa de juros.

O Fundo Capitalizado apresentou Superávit Atuarial de R\$1,46 bilhões com patrimônio de aplicações financeiras de R\$ 2.997.095.731,68 em 31 de Dezembro de 2016 e ativo imobilizado de R\$1.201.043.817,00 conforme a Lei nº 5.729, de 21/10/2016 e Lei Complementar nº 917, de 21/10/2016, ambas publicadas no DODF nº 201, de 24/10/2016, págs. 01 a 03.

Já o Fundo financeiro Composto pelos servidores admitidos até 01/jan/07 e benefícios gerados por estes servidores Os benefícios deste Fundo serão financiados sob o Regime Financeiro de Repartição Simples está composto da seguinte forma:

O Fundo Financeiro do Iprev-DF é um fundo em extinção, não sendo mais aceita a entrada de novos participante, desta forma a população de Ativos possui praticamente o mesmo tamanho da população de Assistidos com proporção de 1,02 Ativo por Assistido.

O Plano possui um Déficit Técnico Atuarial (R\$ 256.901.622.685,87) que representa o montante de reservas que seriam necessárias, trazidas a valor presente, para que o plano estivesse atuarialmente equilibrado.



Esse resultado está distribuído em déficits financeiros gradualmente crescentes ao longo dos anos, sendo projetada uma necessidade de cobertura de insuficiência financeira de R\$ 3,4 bilhões para o ano de 2017 e atingindo R\$ 7,57 bilhões em 2035 decorrente do aumento gradual das aposentadorias e pensões e redução do número de ativos.

11. CONSELHOS

De acordo com o Artigo 87 da Lei Complementar Nº 769, de 30 de junho de 2008, o IPREV/DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, conta com os seguintes órgãos na sua estrutura:

I – Conselho de Administração;

II – Conselho Fiscal;

III- Diretoria Executiva.

Os Conselhos de Administração e Fiscal possuem suas regulamentações previstas na Lei Complementar Nº 769, de 30 de Junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

11.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD

COMPOSIÇÃO:

O Conselho de Administração - CONAD do IPREV/DF é composto por 14 (quatorze) membros Titulares e seus respectivos Suplentes designados pelo Governador do Distrito Federal, a saber:

I - Secretário da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal;

II - Procurador da Procuradoria Geral do Distrito Federal;

III – Secretário da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal;

IV – Secretário da Secretaria de estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal;

V – Representante do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

VI – Representante da Câmara Legislativa;

VII – 7 (sete) representantes dos segurados, participantes ou beneficiários, indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal, sendo assegurada pelo menos uma indicação às

entidades representativas dos servidores do Poder Legislativo;

VIII – Representante do IPREV/DF.

publicado o Decreto nº 38.066, de 17/03/2017, alterando a composição de Conselheiros do Assento nº 6.

Importante dispor que, com a edição dos anexos I e II do Decreto Nº 37.946 de 09 de janeiro de 2017, publicado no DODF de 10 de janeiro de 2017, acrescentou-se na tabela, os assentos, início e término de mandatos, bem como foi

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DO GOVERNO

ASSENTO	CONSELHEIROS		ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
1	TITULAR	SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA	SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	FÁBIO RODRIGUES PEREIRA	
2	TITULAR	JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	WILSON JOSÉ DE PAULA	
3	TITULAR	LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	MARCELO HEBERT DE LIMA	
4	TITULAR	PAOLA AIRES CORRÊA LIMA	PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	EDUARDO MUNIZ MACHADO CAVALCANTI	
5	TITULAR	PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	SÉRGIO AGRIPINO CÂNDIDO DA SILVA	
6	TITULAR	INALDO JOSÉ DE OLIVEIRA	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	PAULO CESAR DA SILVA REGO	
7	TITULAR	ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	HENRIQUE BARROS PEREIRA RAMOS	

REPRESENTANTES DOS SEGURADOS, PARTICIPANTES OU BENEFICIÁRIOS

ASSENTO	CONSELHEIROS		ENTIDADE REPRESENTATIVA	MANDATO	INÍCIO DO MANDATO	TÉRMINO DO MANDATO
1	TITULAR	FERNANDO ANTÔNIO DE AQUINO PAVIE	SINDICAL	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019
	SUPLENTE	JOSIMAR OLIVEIRA SILVA	SINDICAL	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019
2	TITULAR	MARCOS ROGÉRIO FERREIRA GUEDES	SIDSAÚDE	2º MANDATO	09/01/2017	08/01/2020
	SUPLENTE	ELZA APARECIDA REIS ALMEIDA	SINDATE	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019
3	TITULAR	SÍLVIO ZERBINI BORGES	SODF	2º MANDATO	05/12/2014	04/12/2017
	SUPLENTE	EMMANUEL CÍCERO DIAS CARDOSO	SINDMÉDICO	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019
4	TITULAR	ALBERTO NASCIMENTO LIMA	SINDSER	2º MANDATO	09/01/2017	08/01/2020
	SUPLENTE	FRANCISCO ALVES DE SOUSA	SINDSER	2º MANDATO	09/01/2017	08/01/2020
5	TITULAR	RICARDO ANDRADE VASCONCELLOS	SAE	2º MANDATO	09/01/2017	08/01/2020
	SUPLENTE	PAULO MARCELO CRUZ CALIXTO	SINDPEN-DF	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019
6	TITULAR	IBRAHIM YUSEF MAHMUD ALI	SINDIRETA-DF	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019
	SUPLENTE	ROGÉRIO DA COSTA SILVA	SINDIRETA-DF	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019
7	TITULAR	LAIRTON GALASCHI RIPOLL JUNIOR	ADESP-DF	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019
	SUPLENTE	GILENO MOYSÉS SANTOS JUNIOR	ADESP-DF	1º MANDATO	03/05/2016	02/05/2019

COMPETÊNCIAS:

Compete ao Conselho de Administração do IPREV/DF:

I – reunir-se ordinariamente, uma vez em cada trimestre civil, por convocação de seu Presidente e, extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou da maioria de seus membros;

II – fixar as diretrizes gerais de gestão, investimento e alocação dos recursos;

III – exercer a supervisão das operações do IPREV/DF;

IV – examinar e aprovar anualmente, sua avaliação atuarial e o plano de custeio;

V – autorizar a celebração de contratos, acordos e convênios que importem na contribuição de ônus reais sobre os bens do IPREV/DF;

VI – elaborar e modificar o seu Regimento Interno;

VII – receber denúncia contra atos da Diretoria do IPREV/DF;

VIII – determinar a sustação de atos da Diretoria do IPREV/DF que sejam lesivos ao princípio de economicidade e eficácia ou o contrariem.

11.1.2 REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONAD

No 2º trimestre do ano de 2017, o Conselho de Administração reuniu-se ordinariamente uma vez, realizando assim aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, a vigésima sétima reunião ordinária, a qual ainda não foi publicada no DODF referente ao 2º trimestre de 2017.

Extraordinariamente o CONAD reuniu-se duas vezes, realizando as seguintes reuniões: quinquagésima sétima reunião extraordinária, realizada aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, publicada no DODF Nº 100 de 26 de maio de 2017; quinquagésima oitava reunião extraordinária, realizada aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete e publicado somente extrato da reunião no DODF Nº 112 de 13 de junho de 2017.

O inteiro teor da ata foi publicado no site do Iprev/DF.

WWW.iprev.df.gov.br

11.2 CONSELHO FISCAL – CONFIS

COMPOSIÇÃO:

O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes nomeados pelo Governador a saber:

I - 4 (quatro) escolhidos entre segurados ou beneficiários, indicados pelas entidades representativas de classe; (titulares e suplentes); e

II - 2 (dois) indicados pelo Governador do Distrito Federal. (titulares e suplentes).

Importante dispor que, com a edição do anexo único do Decreto Nº 37.980 de 27 de janeiro de 2017, publicado no DODF de 30 de janeiro de 2017, acrescentou-se na tabela, os assentos, início e término de mandatos.

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DO GOVERNO

ASSENTO	CONSELHEIROS		ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
1	TITULAR	CAIO ABBOTT	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL
	SUPLENTE	BARÃO MELLO DA SILVA	

CONSELHEIROS REPRESENTANTES DOS SEGURADOS, PARTICIPANTES OU BENEFICIÁRIOS.

ASSENT O	CONSELHEIROS		ENTIDADE REPRESENTATIVA	MANDAT O	INÍCIO DO MANDAT O	TÉRMIN O DO MANDAT O
1	TITULAR	ADAMOR DE QUEIROZ MACIEL	SINDIRETA	1º MANDAT O	11/08/2015	10/08/2018
	SUPLENT E	JOMAR MENDES GASPARY	SINAFITE	1º MANDAT	10/10/2016	09/10/2019

				O		
2	TITULAR	MAURÍLIO DE FREITAS	SINDIFICO	1º MANDATO	27/01/2017	26/01/2020
	SUPLENTE	ELIETE SANTOS DA SILVA	SINDIRETA	1º MANDATO	11/08/2015	10/08/2018

COMPETÊNCIAS:

Compete ao Conselho Fiscal do IPREV/DF:

I – reunir-se, ordinariamente, uma vez em cada trimestre civil, por convocação de seu Presidente;

II – examinar as contas apuradas nos balancetes e emitir parecer sobre elas;

III – dar parecer sobre o balanço anual, contas e atos da Diretoria Executiva, bem como sobre o cumprimento do plano de custeio e a coerência dos resultados da avaliação atuarial, inclusive em relação às hipóteses;

IV – examinar, a qualquer tempo, livros e documentos do IPREV/DF;

V – lavrar, em livro de atas e pareceres, os resultados dos exames a que se procedeu;

VI – relatar ao Conselho de Administração as irregularidades eventualmente apuradas, sugerindo medidas saneadoras;

VII – solicitar, motivadamente, ao Conselho de Administração a contratação de assessoramento de técnico ou empresa especializada, sem prejuízo do controle de contas externo.

11.2.2 REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL – CONFIS

No 2º trimestre de 2016, o Conselho Fiscal reuniu-se ordinariamente uma vez, realizando assim aos sete dias do mês de junho de dois mil e dezessete, a vigésima terceira

reunião ordinária, publicada no DODF Nº 132 de 12 de julho de 2017.

Extraordinariamente, o CONFIS reuniu-se duas vezes, realizando as seguintes reuniões: trigésima oitava reunião extraordinária realizada aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, publicada no DODF Nº 8 de 11 de janeiro de 2017; trigésima nona reunião extraordinária realizada aos oito dias do mês de maio de dois mil e dezessete, publicada no DODF Nº 92 de 16 de maio de 2017.

12. COMUNICAÇÃO SOCIAL

As ações de comunicação do Instituto são pautadas pelas diretrizes do Código de Ética do Governo de Brasília e pelas políticas de Comunicação e Engajamento com Públicos de Interesse, Sustentabilidade, Ambiental e Responsabilidade Social. O Iprev segue parâmetros estabelecidos pela legislação pertinente, de modo que as atividades de publicidade são avaliadas e aprovadas pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, bem como pela Secretaria de Comunicação Social do DF (SECOM), sendo respeitadas as diretrizes da Associação Brasileira das Agências de Publicidade e Conselho de Auto-regulamentação Publicitária, (CONAR).

Assim, as Assessorias de Comunicação possuem como papel fundamental, o aprimoramento do fluxo das informações estratégicas e o compromisso de ajudar o Instituto a alcançar

os objetivos, metas e a suprir as deficiências de integração e diálogo junto ao seu público alvo.

Compete aos departamentos de comunicação coordenar todas as atividades de comunicação e interação pertinentes ao assessoramento, de forma a criar, planejar e executar programas, planos e ações desse nicho em ambiente interno e externo.

12.1 Mecanismos de Comunicação

A ASCOM atua principalmente dentro das áreas de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, no entanto, o Iprev vem buscando disponibilizar cada vez mais mecanismos que contribuam para um melhor relacionamento com o público interno e externo. Dessa forma, temos uma atuação completa nas seguintes áreas:

a) Ouvidoria e Transparência

A Ouvidoria é um dos mais importantes e conta com diversos canais de contato para recebimento e encaminhamento de sugestões, reclamações, denúncias, elogios e solicitações para a melhoria dos processos internos e para a transparência das ações do Instituto.

Assim, como meio de controle das demandas da ouvidoria temos os seguintes dados:

Relatório das Manifestações Encerradas por Classificação X Quantidade e Situação de Encerramento						
Ano Abertura	Mês Abertura	Classificação	Denúncia	Reclamação	Informação	Total
		Situação Atual	Manifestações	Manifestações	Manifestações	Manifestações
2017	1	Respondida	1			1
		Total	1			1
	3	Respondida			1	1
		Total			1	1
	4	Respondida			1	1
		Total			1	1
	5	Respondida			1	1
		Total			1	1
	6	Respondida	1			1
		Total	1			1
	Total		2	2	1	5
	Total		2	3	1	6

Relatório dos Assuntos X Classificação Acumulado Total					
Assunto	Classificacao	Reclamação	Informação	Denúncia	Total

	Métrica	Total de Manifestações	Total de Manifestações	Total de Manifestações	Total de Manifestações
Servidor Público		1	1	2	4
Acesso a documentos ou a processos em órgãos públicos		1			1
Teleatendimento		1			1
Total		3	1	2	6

Relatório por Tipo de Entrada de Manifestações

Ano Abertura	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	Total	Total
Mês Abertura	1	1	3	3	4	4	5	5	6	6	Total	Total		
Tipo Entrada	Manifestações	%	Manifestações	%	Manifestações	%	Manifestações	%	Manifestações	%	Manifestações	%	Manifestações	%
TELEFONE							1	100,00%			1	20,00%	2	33,33%
INTERNET	1	100,00%	1	100,00%	1	100,00%			1	100,00%	4	80,00%	4	66,67%
Total	1	100,00%	1	100,00%	1	100,00%	1	100,00%	1	100,00%	5	100,00%	6	100,00%

Além dos contatos que podem ser realizados por meio dos canais de ouvidoria e Esic, o Instituto Disponibiliza o email iprev@iprev.df.gov.br que neste trimestre já atendeu a **47** demandas.

b) Assessoria de Imprensa:

Como Assessoria de Imprensa a ASCOM tem como atividade o seguinte:

- Monitoramento diário de veículos de comunicação;
- Elaboração de produtos jornalísticos (textos, fotos, vídeos, áudios, material de divulgação, como a carta de serviços, etc);
- Adequação de conteúdos aos públicos finalístico;
- Cobertura de Eventos e atividades do Instituto, como exemplo, o Iprev Debate;
- Atendimento à imprensa (reativo e proativo);
- Levantamento de informações e redação de textos, releases, postagens, avisos de pauta etc;
- Organização de entrevistas;
- Produção de relatórios de atividades;
- Criação de atualização de mailing list;
- Gestão de crise.

c) Comunicação Interna

Já na comunicação interna, a ASCOM vem buscando melhor e aprimorar a comunicação dos servidores criando plataformas no sítio eletrônico do Iprev direcionadas aos servidores bem como, utilizando os meios eletrônicos no intuito de buscar uma maior interatividade entre o público interno. Nesse sentido, são as atividades voltadas para esse setor:

- Elaboração de materiais para a comunicação corporativa;
- Edição de *House Organs* (periódicos para o público interno, boletins, informativos, revistas – impresso ou eletrônico);

- Cobertura de eventos e atividades interna do Instituto;
- Atendimentos das demandas dos setores do Iprev/DF;
- Participação no estabelecimento das estratégias de comunicação para ações e programas organizacionais;

d) Publicidade e Propaganda

No setor de publicidade, a ASCOM atua diretamente na criação de todo o trabalho publicitário interno, necessitando de avaliação e autorização da SEPLAG e SECOM para qualquer publicidade externa. Dentro das atividades de publicidade são realizadas as seguintes:

- Divulgação em massa de serviços ou produtos do Instituto por meio dos veículos de comunicação disponíveis;
- Coordenação das solicitações de Publicidade;
- Desenvolvimento de campanhas Institucionais para diversos públicos;
- Levantamento das demandas e a execução das peças publicitárias e de propaganda;
- Produção de impressos variados (folders, folhetos de toda espécie, manuais, relatórios e outros materiais gráficos);
- Desenvolvimento de marcas e artes e derivados referentes a programas, produtos e ações do Instituto;
- Manutenção dos padrões institucionais de comunicação visual;
- Criação de revistas e relatórios no formato Revista Web (*ISSU*);
- Manutenção da galeria virtual do Instituto;

- Elaboração do Plano de comunicação Anual;
- Elaboração do Plano de Programação visual do Iprev;
- Criação de papelaria para o Instituto;
- Criação e implantação de canais nas redes sociais, como exemplo o Iprev Play, canal criado no Youtube;

13. EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Educação Previdenciária agora elaborada está relacionada à instrução, transmissão de conhecimento, ensinamento e aprimoramento dos servidores que lidam com a matéria em cada uma das unidades setoriais e para os demais servidores com interesse na matéria.

São contempladas pela educação previdenciária as ações de divulgação das informações relativas ao resultado da gestão do RPPS para os diferentes órgãos e entidades integrantes do governo do ente federativo, para instituições públicas e privadas e para o conjunto da sociedade.

Destacam-se duas atividades desenvolvidas pelo Instituto no 2º trimestre de 2017:

A- PROJETO IPREV-DEBATE:

O IPREV DEBATE é um projeto desenvolvido pelo Iprev/DF que tem como objetivo a realização, por meio de seminários internos, de debates sobre temas de interesse do RPPS, tais como: previdenciárias, de investimentos financeiros e gestão administrativa, destinados servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Membros dos Conselhos do IPREV/DF e Agentes Públicos que de forma direta ou indireta atuem em atividade relacionadas à Previdência Social, com vistas à oferecer aos servidores do Instituto conhecimentos no

propósito de qualificar os debates relacionados à previdência, a atividades de investimentos e gestão administrativa, além de lhes propiciar capacitação e formação permanente, em especial atenção às metas de implementação do Projeto de Educação Previdenciária Autarquia.

B- PROJETO TV-IPREV PLAY:

A TV IPREV é um projeto desenvolvido pelo Iprev/DF que tem como objetivo principal filmar a realização, dos seminários internos do IPREV DEBATE, de debates sobre temas de interesse do RPPS, tais como: previdenciárias, de investimentos financeiros e gestão administrativa, destinados servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, Membros dos Conselhos do IPREV/DF e Agentes Públicos que de forma direta ou indireta atuem em atividade relacionadas à Previdência Social, com vistas à oferecer aos servidores do Instituto conhecimentos no propósito de qualificar os debates relacionados à previdência, a atividades de investimentos e gestão administrativa, além de lhes propiciar capacitação e formação permanente, em especial atenção às metas de implementação do Projeto de Educação Previdenciária Autarquia.

Em 16 de fevereiro de 2017 foi realizado o primeiro Iprev Debate que foi filmado e está em fase final de edição. O evento ocorreu dentro da sede do Instituto e foi filmado com equipamentos próprios. Já a segunda edição do Iprev Debate que ocorreu em 05 de junho de 2017, aconteceu na Egov e foi filmado com equipamentos profissionais, logo esta edição já encontra-se no ar, publicada no canal do Iprev no Youtube, podendo ser acessado no endereço: https://www.youtube.com/watch?v=nr6rT_N7PwA&t=190s

C- CURSOS DE EXTENSÃO/ CAPACITAÇÃO

O Iprev juntamente com a Egov, vem promovendo diversos cursos de capacitação na área previdenciária. Nesse segundo 2º trimestre tivemos duas turmas do curso de “Aposentadorias e Pensões – Lei Complementar nº 769/2008

e Compensação Previdenciária”, que ocorreram em 22, 24 e 26/05 e 19 a 23/06.